



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AURICLÉA BARROS PEREIRA

**A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA CIDADE DE
FORTALEZA, ANTIGA IRMANDADE DOS HOMENS PRETOS, E SUAS
RESSIGNIFICAÇÕES ATUAIS**

FORTALEZA

2015

AURICLÉA BARROS PEREIRA

A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA CIDADE DE
FORTALEZA, ANTIGA IRMANDADE DOS HOMENS PRETOS, E SUAS
RESSIGNIFICAÇÕES ATUAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Educação. Linha de pesquisa: Movimentos sociais, educação popular e escola. Eixo temático: Sociopoética, cultura e relações étnico-raciais.

Orientadora: Prof^a. Dra. Joselina da Silva.

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

-
- P489i Pereira, Auricléa Barros.
A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Fortaleza, antiga Irmandade dos Homens Pretos, e suas ressignificações atuais / Auricléa Barros Pereira. – 2015.
73 f. , enc. ; 30 cm.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2015.
Área de Concentração: Movimentos sociais, educação popular e escola.
Orientação: Profa. Dra. Joselina da Silva.
- 1.Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Fortaleza. 2.Negros – Fortaleza(CE) – Usos e costumes. 3.Religiosidade. 4.Fortaleza(CE) – Usos e costumes religiosos. I. Título.

CDD 305.89608131

AURICLÉA BARROS PEREIRA

A IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO DA CIDADE DE
FORTALEZA, ANTIGA IRMANDADE DOS HOMENS PRETOS, E SUAS
RESSIGNIFICAÇÕES ATUAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Mestre em Educação. Linha de pesquisa: Movimentos sociais, educação popular e escola. Eixo temático: Sociopoética, cultura e relações étnico-raciais.

Aprovada em: __ / __ / _____ .

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Joselina da Silva (Orientadora)
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Prof^a. Dra. Sandra Haydêe Petit
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^o. Dr. Ivan Lima Costa
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Prof^o. Dr. Henrique Antunes Cunha Júnior
Universidade Federal do Ceará (UFC)

AGRADECIMENTOS

Pela a realização deste trabalho, quero agradecer a Deus pela minha existência através de meus pais e irmãos, formando, assim, a base do que sou.

Sou profundamente grata à prof^a. Joselina da Silva, pela presença amiga e encorajadora, que me incentivou a continuar com o trabalho num momento difícil deste percurso e por acreditar em mim. Aos professores das disciplinas ministradas durante o curso, que acrescentaram mais conhecimento e entendimento sobre o meu pertencimento étnico.

Aos meus companheiros e companheiras das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que entenderam meus momentos de ausência no grupo. Aos meus sobrinhos Isaac, Mizael e Sarah, que, por serem crianças, não entendiam por que eu não podia brincar eles nas vezes em que vinham me visitar; aprendi com eles a despertar sempre que puder a minha criança interior.

Aos professores e funcionários da secretaria do Programa de Pós-Graduação desta instituição. Quero também agradecer especialmente ao professor Henrique Cunha, pela gentileza e disponibilidade em ajudar, transmitindo calma e segurança, e à professora Sandra Pettit, pela generosidade e desprendimento na forma de ajudar.

Para não ser injusta nem ingrata, quero agradecer a todos e a todas que indiretamente contribuíram de alguma forma para a execução deste trabalho. A todos os integrantes da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Fortaleza, na pessoa de seu presidente, o Sr. Rodrigo Damasceno.

Por fim, quero agradecer profundamente à minha amiga e irmã Socorro Saraiva, que, para mim, é modelo de fé, força, amizade. Muito obrigada, irmã.

RESUMO

Este estudo tem como objeto de pesquisa a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da cidade de Fortaleza, antiga Irmandade dos Homens Pretos. Nesta pesquisa, buscamos contextualizar historicamente e identificar as reelaborações e ressignificações ocorridas na instituição antes de sua inativação e, atualmente, por ocasião do processo de revitalização. As irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foram instituições bastante numerosas no período colonial brasileiro, espalhando-se de norte a sul do país, reafirmando a presença significativa do negro. As investigações e análises observadas nos dados históricos e falas dos entrevistados revelaram mudanças na forma de admissão dos membros da instituição. Observamos, ainda, que temas como cultura, religiosidade e manifestações culturais negras são frequentes nos relatos dos entrevistados, o que nos possibilitou discutí-los na perspectiva de aprofundar a compreensão da relevância histórica e contribuição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário para a história do negro na cidade de Fortaleza, Ceará.

Palavras-chave: Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Cultura negra. Religiosidade. Tradição.

ABSTRACT

This study is a research subject the Brotherhood of Our Lady of the Rosary in the city of Fortaleza, former Brotherhood of Black Men. In this research we seek to contextualize historically and identify reworkings and reinterpretation that occurred in the institution prior to its inactivation and currently during the revitalization process. The brotherhoods of Our Lady of the Rosary of Black Men were quite numerous institutions in the Brazilian Colonial period, spreading from North to South of the country, reaffirming the significant presence of black. The research and analysis observed in the historical data and lines of respondents revealed changes in admission of members of the institution. We also observed that subjects such as culture, religion and black cultural manifestations are frequent in the reports of respondents which enabled us to discuss them with a view to deepening the understanding of the historical relevance and contribution of the Brotherhood of Our Lady of the Rosary in the history of black in the city of Fortaleza Ceara.

Keywords: Brotherhood of Our Lady of the Rosary. Black culture. Religiosity. Tradition.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	DELINEANDO A PESQUISA	11
2.1	O local da pesquisa	14
2.2	O quadro teórico	17
2.3	O conceito de cultura afrodescendente	22
2.4	Procedimentos metodológicos utilizados	23
3	CONFRARIAS OU IRMANDADES: AS ORIGENS	27
3.1	Características das confrarias medievais	30
3.2	As confrarias religiosas no Brasil	33
3.3	Origens da devoção a Nossa Senhora do Rosário	36
3.4	A irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Fortaleza ..	39
4	A REVITALIZAÇÃO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, ANTIGA IRMANDADE DOS HOMENS PRETOS DE FORTALEZA	51
4.1	Entrevistas e categorias	55
4.1.1	A religiosidade na Irmandade do Rosário e traços de uma cultura tradicional	55
4.1.2	A tradição religiosa e a transmissão da história e da cultura africana e afro-brasileira	59
4.1.3	Patrimônio material e imaterial constituído na igreja e Irmandade do Rosário em Fortaleza, Ceará	62
5	CONCLUSÃO	68
	REFERÊNCIAS	71

1 INTRODUÇÃO

Estudar e pesquisar sobre a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos constitui-se para mim um desafio, pois se trata de uma pesquisa que também se insere no âmbito da religião, assunto pelo qual tenho interesse e afinidade. Motivada também pelo engajamento pastoral, foi difícil tomar a posição de observadora, apenas, muitas vezes assumindo a condição de neutralidade diante de questões envolvendo a hierarquia eclesial, bem como por tratar-se de estudo que reflete a história do negro no Ceará e, conseqüentemente, a presença negra em minha família.

Estes desafios e outras dificuldades foram sendo trabalhados durante o percurso e delineamento da pesquisa, o qual apresentou muitas surpresas. Uma delas foi que, no início da pesquisa, contava apenas com fatos históricos, ou seja, alguns poucos documentos sobre o assunto. Porém, numa sexta-feira à tarde, procurei meu caderno de anotações e, na lista de locais a serem procurados para colher informações, vi que ainda faltava ir à Catedral (Igreja da Sé), localizada no Centro da cidade de Fortaleza, a poucos metros da também Igreja do Rosário.

Quando lá cheguei, me apresentei e pedi informações ao funcionário, pois o Padre Clairton Alexandrino de Oliveira, responsável pela igreja e também patrono da Irmandade, não se encontrava lá naquele momento. Perguntei então se havia ali documentos, algo material da Irmandade que, porventura, estivesse guardado. O funcionário (secretário) respondeu que não. Insisti no assunto e, daí, ele lembrou que tinha apenas uma cópia do relatório arqueológico feito pela Fundação Seridó, instituição parceira do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cuja sede está localizada na cidade de Recife, Pernambuco. Esta instituição realizou a última reforma pela qual passou a Igreja do Rosário, no ano de 2002, orientada e coordenada pelos consultores científicos Dr. José Luís Mota Meneses e Dra. Anne Marie Pessis.

Então, o funcionário foi até a estante e me deu para que eu folheasse. Depois de ver todas as páginas e fazer uma rápida leitura do texto, vi na capa um carimbo com a insígnia da Irmandade datada de 1840-2012. Foi então que fiquei sabendo que a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário estava ativa novamente e que aquela cópia tinha chegado até a igreja por um membro ativo da Irmandade, no caso o presidente da Irmandade. A partir daí, o caminho da pesquisa se bifurcou,

pois outras indagações surgiram e vi a chance de trabalhar não só com o passado, mas agora também com o presente e perspectivas para o futuro.

O que sabemos das irmandades religiosas e, principalmente, da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, é que foram bastante numerosas no período colonial brasileiro, tendo-se espalhado de norte a sul do Brasil onde a presença do negro foi significativa. As irmandades ou confrarias, como eram chamadas, foram associações leigas que, durante os séculos XVIII e XIX, congregaram os grupos sociais afins na sociedade. As mais numerosas foram as que tinham como padroeira Nossa Senhora do Rosário, a qual era constituída por negros forros e/ou cativos. Segundo Borges (2005), tornaram-se tema/objeto de pesquisa, na segunda metade do século XX, tendo sido explorado sob várias perspectivas, por diversos pesquisadores, nas várias localidades do Brasil, como Minas Gerais (Julita Scarano) e Rio de Janeiro (Mariza de Carvalho Soares), só para citar alguns.

Em contrapartida, no estado do Ceará, especificamente em Fortaleza, constatamos, através de levantamento bibliográfico, que não há uma quantidade expressiva de trabalhos sobre o assunto.¹ Durante o processo de coleta de dados para a pesquisa, deparei-me com situações que dificultaram a exploração do assunto, como a má conservação de documentos, a negação de informações sobre o assunto por parte de funcionários das instituições que detêm informações e/ou documentos e, ainda, o discurso negativo da historiografia local sobre a relevância do negro na sociedade local.

Para Bezerra (2009), a ausência de estudos sobre este assunto no Ceará é consequência do pensamento de intelectuais do Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará, que, durante décadas, afirmaram que os nossos antepassados negros e seus descendentes não contribuíram de forma positiva para a formação da sociedade cearense, como podemos perceber neste trecho da fala de Silva (1986), um dos integrantes do referido instituto, quando fala que o trabalho

¹ Até o presente momento, contamos com as seguintes obras: *As irmandades religiosas do Ceará provincial* (1980), do memorialista Eduardo Campos; *Reis de Congo* (1996), de Oswald Barroso; *Festas de negros em Fortaleza* (2009), de Janote Pires Marques e, no banco de dados de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Ceará do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, encontramos a Tese de Doutorado de Analucia Sulina Bezerra (2009): *A Confraria de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Quixeramobim*.

escravo no Ceará foi limitado, dando pouca relevância à contribuição do trabalho negro para o desenvolvimento da economia do estado:

No Ceará, entretanto, a necessidade do trabalho escravo foi limitada. As condições físico — geográficas da capitania não foram propícias a sua integração ao sistema agro- açucareiro colonial, como ocorreu com suas vizinhas localizadas a leste (SILVA, 1986, p. 139).

No trecho acima, o autor reforça uma irrelevância do trabalho escravo no Ceará. Entretanto, na pesquisa de Sobrinho (2011) sobre o tráfico interprovincial no século XIX no Ceará, esse nos revela, através do Censo dos anos de 1804, 1808 e 1813 da população da província do Ceará, que a soma de indivíduos pardos, mulatos livres, pretos e pardos cativos e, ainda, pretos livres é superior à da população branca livre. Além do mais, segundo o autor acima citado, a economia agropastoril na região do sertão do Ceará esteve vinculada à sociedade dos engenhos, suprindo a necessidade de carne de charque, couro e animais de transporte e tração. Ressalta, ainda, que, na região do Cariri, sul do estado e serras, consideradas áreas mais frias, a agricultura se fez presente com o cultivo de café, destinado ao mercado interno. Portanto, no Ceará, não só predominou o binômio couro/algodão, como afirma a historiografia oficial e tradicional. Assim, não queremos aqui fazer apologia à escravidão, mas argumentar de forma positiva contra o discurso oficial que nega a contribuição do negro em vários aspectos na sociedade cearense.

Ainda sobre o percurso, apesar das adversidades, pude contar com a disponibilidade e fácil acesso a pessoas com vontade de contribuir com informações sobre e para a pesquisa, sobretudo nos setores da Igreja local (Arquidiocese de Fortaleza), bem como o deslocamento geográfico em tempo hábil em diferentes locais facilitou a coleta de dados, como também a abertura e disponibilidade dos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e do Maracatu Rei do Congo em colaborar com a realização da pesquisa. Somando-se a isto, as informações e conteúdos das disciplinas cursadas e as indagações feitas pela professora Joselina nos encontros de orientação foram primordiais para que pudéssemos definir e estabelecer os seguintes objetivos:

Contextualizar historicamente a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Fortaleza, antiga Irmandade dos Homens Pretos, visando a uma maior

compreensão de sua relevância para a população negra de Fortaleza no passado (séculos XVIII-XIX) e atualmente; analisar os dados obtidos através das entrevistas realizadas com os membros ativos da Irmandade; saber como a mesma se configura atualmente para entender o seu percurso diante das mudanças ocorridas ao longo do tempo.

Para isso, este trabalho divide-se nos seguintes capítulos: no segundo capítulo, apresentamos como se deu a construção do quadro teórico-metodológico, bem como a localização do local da pesquisa e apresentação da pesquisadora; no capítulo terceiro, apresentamos as origens das Irmandades, as dinâmicas ocorridas no contexto histórico local e os movimentos que têm dado seus membros para revitalizá-la, sendo que as informações foram obtidas a partir das entrevistas realizadas com membros ativos da referida irmandade; no capítulo quarto procuramos apontar e/ou evidenciar quais significados teve a Irmandade do Rosário para a população negra de Fortaleza no século XVIII e atualmente — a religiosidade, cultura e tradição e como estes valores podem ser transformados em patrimônio material e imaterial; e, para finalizar, apresentaremos nossas reflexões finais com a pretensão de haver ampliado as abordagens já existentes, dialogando com outras áreas das ciências, e haver feito uma leitura atualizada sobre o tema, contribuindo com reflexões que possam complementar informações anteriores.

2 DELINEANDO A PESQUISA

Quando penso no que me motivou a pesquisar a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, logo me vêm à mente as lembranças de minha infância; não dos momentos lúdicos, mas (e principalmente) aquelas relacionadas à minha avó paterna, que se chamava Zulmira. Lembro-me das várias vezes em que a acompanhava frequentemente às celebrações das missas na pequena igreja do bairro onde morávamos e, aqui, ressalto que é um bairro da periferia e de população com maioria afrodescendente. Sou de família de confissão religiosa católica e, desde cedo, por influência dela, assumi trabalhos pastorais na comunidade.

Naquela época, início dos anos 1980, percebia que as senhoras mais idosas ainda usavam o véu, espécie de lenço, para cobrir a cabeça quando iam à igreja. Minha avó também usava um deles. Porém, onde eu mais gostava de acompanhá-la era quando íamos ao Centro da cidade aos domingos pela manhã, participar da celebração dominical na Igreja do Rosário. Ficava admirada com tanta coisa diferente que via naquela igreja; pequena, mas bem mais rebuscada em sua arquitetura do que aquela que frequentávamos em nosso bairro.

Certa vez, perguntei para minha avó por que ela sempre ia até lá, pois não muito longe dali, no Centro da cidade também, havia outras igrejas e sua preferência era por aquela. Logo, ela me respondeu que, no passado não muito distante, era somente naquela igreja que os negros como nós podíamos participar de celebrações religiosas. Guardei esta resposta na memória e, por muito tempo, ficou como que adormecida. Até aquele momento, não percebia a relação de pertencimento dela com aquele lugar.

Entre outros momentos com minha avó, gostava quando ela contava coisas de sua infância. Soube numa dessas conversas que ela aprendera a ler e a escrever com muita dificuldade, pois “naquele tempo”, como dizia ela, não havia escolas como a que eu frequentava. Além de saber ler e escrever muito bem, sabia costurar, bordar, fazer renda e bolsas e esteiras de palha de carnaúba, uma espécie de palmeira. Admirava quando ela cuidava de um pequeno canteiro onde cultivava algumas ervas, entre elas hortelã, agrião, manjeriço e outras, que a elas recorria para fazer algum remédio para sarar algumas doenças ou sintomas.

Na rua em que morávamos, havia muitos moradores antigos. Todos se conheciam e tinham laços afetivos que iam para além da vizinhança. Alguns se cumprimentavam como compadres e/ou comadres.

Além da igreja católica, havia a igreja evangélica (Assembleia de Deus), que, nas manhãs de domingo, bem cedo, ouvíamos pelo autofalante o convite do pastor para ir ao culto dominical. No nosso caso, aproveitávamos o chamado e íamos à igreja e, depois da missa, à catequese. Havia também uma casa de umbanda, que pertencia a um dos vizinhos de minha avó. Funcionava somente à noite, quando ouvíamos o som dos tambores e atabaques, mas não ousava perguntar sobre o que lá acontecia para minha avó. Adormecíamos ao som dos tambores.

Minha avó tinha uma relação amigável e respeitosa com o dono daquela casa. Cresci neste ambiente religioso. Aprendi, assim, a respeitar as diferenças religiosas, pois percebia que ali, naquela vizinhança, não havia hostilidade entre os adeptos das diferentes denominações religiosas. Pelo menos não presenciei nenhum episódio deste tipo.

Quanto a mim, na primeira década dos anos de 1980, conheci através das religiosas da Companhia de Jesus, que moravam no bairro, uma espiritualidade inspirada na Teologia da Libertação. O modelo de igreja era o das Comunidades Eclesiais de Base. Beozzo (2012) assevera que estas surgiram no Brasil a partir das exigências do Concílio Vaticano II (1962-1965), que definiu a igreja como “povo de Deus”. Foram através das linhas de ação pastoral, propostas pelos bispos do Brasil e aprovadas em Roma no final do Concílio (novembro de 1965) que, nos anos posteriores, a igreja deu ênfase às comunidades de base, onde, nas diretrizes do quadriênio (1975-1978), aparece, pela primeira vez em documento oficial da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a expressão “Comunidades Eclesiais de Base”.

Como existem vários tipos de comunidades, é preciso destacar que “de base”, quer dizer, conforme nos explica Boff (2008), que é composta por pessoas dos estratos sociais que se encontram na base da escala social (explorados, marginalizados, desprezados (negros, indígenas, mulheres marginalizadas, desempregados, entre outros). Constituem, também, o grupo majoritário da Igreja,

ou seja, os leigos, homens e mulheres que não pertencem à hierarquia da Igreja, motivados e inspirados com a proposta da Teologia da Libertação.²

Neste contexto, presenciei, por volta dos anos 1980, o nascimento da associação dos moradores do bairro, incentivada por grupos de pessoas que discutiam as demandas de ordem estrutural no bairro, como pavimentação, posto de saúde, saneamento e coleta de lixo. Vários grupos se reuniam com objetivos semelhantes. Assim, minha participação no grupo de discussão sobre temáticas relacionadas às dificuldades e preconceitos que nós negros enfrentávamos dentro e fora da Igreja somava-se aos outros grupos. Este grupo do qual me refiro era liderado por parentes próximos. As reuniões quase sempre aconteciam na casa de D. Maria José, prima de minha avó Zulmira. Suas filhas, Lúcia e Cleide, articulavam a presença dos participantes e as discussões aconteciam. Neste período, Lúcia fora indicada para ser a representante no Ceará do Grupo de União e Consciência Negra (GRUCON).

Dentro deste contexto, e mais familiarizada com as leituras e discussões sobre a temática do negro, é que, anos depois, com a oportunidade de ingressar no Mestrado em Educação, vi a possibilidade de pesquisar a Irmandade de Nossa

² A Teologia da Libertação eclode em um contexto social, político e econômico marcado por opressão e dominação dos países da América Latina e Caribe, vítimas do sistema neocapitalista e inseridos no sistema global na situação de dependência e secundários. Porém, é válido afirmar, segundo Libânio e Murad (2011), que foram os sociólogos Fernando H. Cardoso e E. Faletto que, em 1960, percebendo a grande massa humana marginalizada e os países pobres orbitando em volta dos países desenvolvidos, desenvolveram a teoria da dependência e da libertação em oposição à teoria do desenvolvimento, vigente naquela época. O termo sociológico “libertação” era restrito ao contexto político e econômico. Porém, se estendeu e tomou corpo no continente latino-americano e Caribe porque duas correntes a alimentavam: uma de caráter popular e outra de vanguarda. Neste meio crescia a organização popular no campo (ligas camponesas, sindicatos rurais, movimento de educação de base, escolas radiofônicas, entre outros) e na cidade (sindicatos, associações diversas e centros de cultura popular), ou seja, as classes populares pressionavam o âmago da sociedade. Instaurou-se um amplo debate sobre o processo de transformação social sob os auspícios do socialismo, que se julgava uma possibilidade histórica. Crescia a politização no meio do povo através do método pedagógico de conscientização elaborado e posto em prática por Paulo Freire. Para que a Teologia da Libertação (TdL) pudesse surgir, foi necessária a presença de sujeitos que levantassem a problemática da fé, e isso aconteceu na América Latina por estar a Igreja inserida nos movimentos de libertação. A abertura da Igreja a estas questões sociais se deu por ocasião do Concílio Vaticano II (1962-1965), o qual possibilitou à Igreja, através de seus documentos, a abertura a novas experiências, preocupação com as realidades terrenas e, sobretudo, com o ser humano e sua história. Vale ressaltar que, tendo o episcopado um número reduzido de bispos que aderiram à proposta, mesmo assim foi possível o surgimento de uma teologia. Libânio e Murad (2011) admitem que a situação de dominação, movimentos de libertação e a presença da Igreja permitiram que novas perguntas surgissem e a estas perguntas corresponderam a uma nova teologia. Recebeu, então, o nome de Teologia da Libertação por abordar as questões sob a ótica da libertação e mereceu o nome de teologia porque debruçava-se sobre a fé cristã. E, ainda, surge na América Latina porque aqui encontrou uma igreja inserida e refletindo dentro de uma situação de opressão (LIBÂNIO, J. B.; MURAD, Afonso. **Introdução à Teologia**: perfil, enfoques, tarefas. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 2011).

Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no ano 2000, na cidade de Ouro Preto (Minas Gerais), por ocasião de um encontro de formação para educadores e formadores sobre o sistema preventivo de Dom Bosco — que visa à educação de jovens, promovido pelo Centro Salesiano de Apoio Pastoral (CESAP). Após o encontro, visitamos várias igrejas naquela cidade e chamou-me atenção a quantidade de irmandades do Rosário que outrora existiram ali e em cidades vizinhas. Em pesquisa realizada por Borges (2005), foram computadas 63 irmandades do Rosário.

Daí retomar minhas reminiscências da infância e relacioná-las à Igreja do Rosário de Fortaleza e, conseqüentemente, à Irmandade do Rosário, aqui também erigida por homens e mulheres negros da cidade de Fortaleza, que tem data oficial de fundação em 1723 por tornar-se vila. Para nos situar, apresentaremos de forma sintética um pouco dos primórdios da história de Fortaleza.

2.1 O local da pesquisa

Segundo nos conta o historiador cearense Raimundo Girão³ (1984), o Ceará só veio a ser colonizado cem anos após a data oficial do descobrimento do Brasil (1500). Com uma expedição chefiada por Pero Coelho de Sousa, em 1603, iniciam-se as tentativas de exploração e colonização de terras cearenses. Entretanto, esta incursão não logrou êxito, pois as dificuldades de trato e comunicação com os nativos da terra, as condições austeras do clima, como a seca — sendo a de 1605-1606 a primeira de que se tem registro — e, ainda, o não envio de mantimentos por parte das autoridades portuguesas para a equipe de Pero Coelho são os principais motivos para que o projeto viesse a falir.

Pero Coelho de Sousa residia na Paraíba e foi comandante de uma galé real. Associou-se a Frutuoso Barbosa, ambos seduzidos por notícias de riquezas nestas regiões. Fizeram uma proposta ao Governador Geral do Brasil, Diogo Botelho, que consistia em organizar uma expedição para expulsar os franceses da região e apossar-se das terras que viessem a conquistar. O Governador Geral aceitou, mas não se comprometeu com as despesas.

³ Nascido em Morada Nova, interior do Ceará, em 1900, foi prefeito de Fortaleza e presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará. É uma das personalidades históricas mais ilustres e respeitadas da intelectualidade cearense. Sua obra bibliográfica é dedicada ao estudo e interpretação dos fatos relacionados à história do Ceará.

Assim, Pero Coelho de Sousa partiu com sua comitiva rumo ao Maranhão, onde já se sabia ter ali fundada uma feitoria pelos normandos, que chamaram de França equinocial e funcionava como espécie de base de operações para dificultar as ações dos portugueses que visavam a conquistar terras. Porém, no trajeto, foram atacados na região de Ibiapaba por nativos (indígenas), franceses e negros fugitivos da Bahia. No confronto, os vencidos aliaram-se aos vencedores e todos rumaram para o Maranhão. Porém, os homens que o acompanhavam se recusaram a seguir viagem, obrigando-o a retornar e fixar-se no local. Batizou, então, o local de Nova Lisboa, como sendo a capital, e toda a região do entorno chamou de Nova Lusitânia.

Estando todos ali afixados, Pero Coelho de Sousa resolveu voltar à Paraíba, para buscar ajuda e permissão para trazer a família. Para isso, deixou o povoado sob a direção de Simão Nunes, juntamente com 45 soldados. Somente um ano e meio depois, em 1606, Pero Coelho de Sousa retorna, trazendo a esposa, cinco filhos e mantimentos. Entretanto, encontrou os companheiros desanimados e os indígenas contrariados, situação que o forçou a despovoar aquele sítio e seguir para Jaguaribe. No percurso, Simão Nunes, soldados e indígenas fugiram de sua companhia.

Por esta época, a seca de 1606 assolava a região, trazendo grandes dificuldades. Sem mantimentos e recursos, Pero Coelho de Sousa e sua família resolveram, mais uma vez, deixar aquela região, seguindo a pé. No caminho, presenciou a morte de alguns de seus soldados e do filho mais velho. Foram resgatados pelo Padre Manuel Correia Soares e conduzidos à Natal (Rio Grande do Norte). De lá, foram para a Paraíba. Pero Coelho de Sousa reivindicou ressarcimento por seus empreendimentos, mas o Governador Geral negou-lhe. Voltou, então, para Madri com a família e morreu em Lisboa, em situação de pobreza. Tudo isto nos conta Raimundo Girão.⁴

De acordo com Bruno e Farias (2011), Martin Soares Moreno chega à costa cearense em 1611 e fica até 1631, quando o domínio português é interrompido pelos holandeses em dois períodos, compreendidos entre 1637 e 1649. Neste último ano, os holandeses retornam ao Ceará sob o comando de Matias Beck e constroem o forte de Schoonemborch. Porém, em 1654, os portugueses retomam o forte e

⁴ GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. 4ª edição. Fortaleza: Edições UFC, 1984, p. 35-39.

passam a chamá-lo de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, daí surgindo de forma espontânea a cidade de Fortaleza.

Em 1699, com o avanço da colonização do Ceará, Portugal permite a criação de uma vila. Esta decisão acirrou as disputas entre as autoridades locais e latifundiárias pela localização do pelourinho, que consistia numa coluna construída em local público, junto ao qual se expunham e castigavam criminosos — neste período, os castigos eram aplicados aos negros da futura vila. Os latifundiários queriam que se localizasse em Aquiraz e as autoridades locais preferiam no entorno do forte. Depois de muitas divergências, o pelourinho foi instalado em Aquiraz, no ano de 1713, e Fortaleza seria elevada à condição de vila em 1726.⁵

O Ceará tornou-se independente em 1799, pois, até então, era capitania subalterna de Pernambuco, permanecendo assim até 1821, quando se tornou província. Foi elevada à condição de cidade por decreto de D. Pedro I em 1883.

Atualmente, o Estado do Ceará é composto por 184 municípios e, segundo dados da Fundação Palmares, até o momento há 42 (quarenta e duas) comunidades quilombolas reconhecidas e certificadas por esta instituição. A área total do Estado mede 148.920,472 km². A capital é Fortaleza e é a sede da região metropolitana. Tem o maior índice de Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste e as principais atividades econômicas são agricultura, pecuária, comércio, indústria, turismo e mineração, segundo informações do último Censo (2010), realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Quanto à sua geografia, o Ceará possui 55% da área de caatinga do Brasil. O período chuvoso se restringe a quatro meses por ano; por isto, a fauna e a flora são adaptadas às condições semiáridas. A carnaúba, espécie de palmeira, é também símbolo do Estado e importante fonte de economia.⁶ Ainda segundo informações obtidas através do Censo IBGE (2010), o Ceará é o terceiro Estado mais católico do país em termos proporcionais e conta com uma população estimada em 8.778.576 habitantes, distribuídos entre pretos, brancos, amarelos, pardos e indígenas.

Assim, de forma sintética e geral, apresentei o *locus* da pesquisa, levando-se em consideração os fatos históricos que envolvem sua formação e suas

⁵ BRUNO, Arthur; FARIAS, Airton. Fortaleza: 285 anos. Disponível em www.arthurbruno.com/images/conteude/file/cartilhaHFortaleza.pdf. Acesso em: 19. Jun. 2012.

⁶ Dados obtidos a partir do Censo realizado em 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

peculiaridades relativas ao clima e aspectos geográficos. Em seguida, apresentarei o quadro teórico constitutivo da pesquisa.

2.2 O quadro teórico

Como afirmamos anteriormente, esta pesquisa constitui-se para nós um desafio, pelos motivos que já relatamos. Aqui gostaria de acrescentar que, durante todo o processo, colocamo-nos numa posição de vigilância ideológica quanto à nossa confissão religiosa, evitando o risco de juízo de valores ortodoxos para garantir, assim, a neutralidade e a objetividade da pesquisa, embora sabendo que o pesquisador fala a partir de um local social e epistêmico e de sua relação com o objeto de estudo.

Este trabalho se insere na área da História propriamente dita, mas dialoga com outros conceitos como religiosidade, cultura e tradição. Para nos dar suporte na construção do quadro teórico metodológico, buscamos autores onde pudemos dar base às reflexões e discussões surgidas ao longo do trabalho e método específico que conduziu a pesquisa de forma a atingir nossos objetivos.

Para isto, nos foi favorável buscar suporte nos estudos realizados pela Comissão de Estudos da História da Igreja na América Latina (CEHILA), destacando que a instituição é membro da também Comissão Internacional da História Eclesiástica Comparada (CIHEC), filiada à Comissão Internacional de Filosofia e Ciências Humanas (CIPSH) e à Comissão Internacional de Institutos de Investigação Social e Sócio-Religiosa (FERES). A CEHILA foi criada em 1973, na cidade de Quito (Equador), como iniciativa de estudiosos renomados e com sólida formação científica; é autônoma com relação às instituições eclesiais. O trabalho da CEHILA é realizado através de áreas de estudos, cujas divisões se referem ao conjunto geográfico de países que compõem a América Latina, pois seria impossível abranger a história da Igreja do subcontinente latino-americano sem que houvesse essa pesquisa por áreas.

De acordo com Assmann (2009), os historiadores do CEHILA não veem o passado como objeto morto, esperando ser recolhido de arquivos e documentos. A relação ativa com o passado se dá “a partir de uma posição assumida no meio das contradições do presente” (ASSMANN, 2009 p. 66). Assim os historiadores do CEHILA assumem posições claras, estando ao lado das maiorias oprimidas da

América Latina, fazendo uma releitura da história da Igreja. Desta forma, a história é construída a partir da visão do povo excluído, abandonando o mito da neutralidade do historiador.

Esta tendência na historiografia é, de certa forma, recente, pois as correntes historiográficas postulam que o historiador assuma uma postura neutra diante dos fatos históricos. No entanto, na prática, constatamos que a história também é construída e forjada a partir das ideologias de sujeitos e grupos sociais e dos locais por eles ocupados na sociedade. Tomemos como exemplo o caso da história do negro no Brasil, depreciada em todos sentidos, promovendo ainda hoje o racismo e o preconceito na sociedade brasileira.

Assim, os historiadores do CEHILA, assumindo uma ideologia definida, vêm contribuindo com estudos sobre a religiosidade no Brasil, em parceria com outras ciências que investigam a religião e/ou religiosidade, como Sociologia, Antropologia e a própria História. Entre os autores que tratam da história da Igreja no Brasil, destacamos Eduardo Hoornaert (1990), Pe. Oscar Beozzo (2012) e Riolando Azzi(1992).

Das leituras detalhadas sobre a história do Ceará e as confrarias também localizadas no estado, recorreremos à Tese de Doutorado de Analucia Sulina (2009), que pesquisou a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos da cidade de Quixeramobim, destacando, entre outros aspectos, as formas de solidariedade e sociabilidade entre os grupos que compõem a mesma e sua identidade ou pertencimento étnico. Recorreremos, ainda, ao quadro composto por historiadores e memorialistas locais, os quais nos possibilitaram fazer a recomposição do cenário da cidade de Fortaleza nos primórdios de sua colonização e desenvolvimento, bem como o dia a dia da sociedade local — e aqui incluímos os homens e mulheres negros instalados na cidade advindos de situações como tráfico e/ou fugitivos de outras províncias, durante os séculos XVIII e XIX.

As informações relativas à vida dos homens e mulheres negros de Fortaleza, cativos ou não, são fornecidas por Eduardo Pinheiro Campos (1980), bem como o relato das irmandades existentes no Ceará, incluindo-se a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da capital (Fortaleza). Recorreremos, ainda, a autores do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, como Raimundo Girão, que, em seu trabalho bibliográfico, dedicou-se aos estudos da História do Ceará. Outros autores mais recentes, como Janote Pires Marques (2009) e José Hilário

Ferreira Sobrinho (2011), foram fundamentais por possibilitarem acesso às informações mais elucidativas com relação à história da Irmandade do Rosário de Fortaleza e a importância da presença e legado da cultura negra no Ceará, respectivamente.

Quanto aos estudos e pesquisas sobre as Irmandades de Nossa Senhora do Rosário no Brasil, recorreremos a Roger Bastide (1971), Julita Scarano (1978), Célia Maia Borges (2005) e Mariza de Carvalho Soares (2000). Estes autores representam diferentes momentos na historiografia, permitindo uma leitura mais atenta sobre o assunto. Entretanto, com relação à historiografia local, como já enfatizamos, em momentos anteriores, percebe-se ainda que há muito o que se explorar sobre o tema — talvez uma das razões sobre lacunas existentes seja a escassez de documentos, arquivos e bibliografia. Destaco aqui a relevância de entender como se originaram as confrarias na Europa ainda no século XII e as transformações ocorridas durante o tempo, já que se tratava de uma forma de espiritualidade própria de um contexto social específico. Para isso, buscamos suportes nos trabalhos de André Vauchez e Jacques Le Goff, ambos estudiosos do período medieval europeu, onde se desenvolveu este modelo de espiritualidade inicialmente.

Não pudemos deixar de adentrar nas discussões surgidas ao longo do trabalho ao que se refere à questão cultural e religiosa propriamente dita, pois as práticas das irmandades religiosas, não só as que são compostas por homens e mulheres negros nos séculos XVIII e XIX, são tidas como manifestações de uma religiosidade popular, como assegura Teixeira (2005).

O termo “popular” assim como “cultura”, são difíceis de conceituar, visto que são analisados sob diversas perspectivas e exige dos estudiosos uma tomada de posição, como o faz Nascimento (2009), quando afirma que cultura popular se discute, enfrenta e contextualiza-se, pois, ao tratar-se do tema, este é sempre visto como estranhamento do outro, que não somos nós, e fora de um campo onde não estamos inseridos.

Contudo, gostaríamos de decifrar seus saberes próprios e específicos. Assim, foram imprescindíveis as leituras em torno do pensamento de Roger Chartier (1995), que chama atenção para os dois modelos de descrição da cultura popular comumente utilizado por estudiosos: o primeiro seria ver a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, funcionando segundo uma lógica alheia e

irredutível à da cultura letrada ou erudita; o segundo modelo observado seria conceber a cultura popular lembrando as relações de dominação da sociedade, percebendo a mesma como carente e dependente em relação à cultura dos grupos dominantes. O mesmo vale para a designação de religiosidade popular, onde Chartier (1995) afirma que não se pode aceitar que a mesma hierarquia dos grupos que compõem a sociedade corresponda a uma hierarquia paralela às produções e hábitos culturais.

Já em se tratando da produção literária sobre os conceitos de cultura popular no Brasil, destacamos o trabalho de Carlos Guilherme Mota *Ideologia da cultura brasileira*, que analisa a trajetória do pensamento intelectual brasileiro com recorte cronológico de 1933 a 1974, abrindo espaço para a discussão acerca do conceito de cultura popular.

De acordo com Carlos Guilherme (2008), até 1955 chamava-se “cultura popular” aquela advinda do povo, nas várias manifestações, e o problema era distinguir o que era popular e o que era folclórico. Neste período (1961-1964), marcado por uma mentalidade desenvolvimentista, surge a consciência de uma defasagem cultural entre classes sociais e, simultaneamente, acelera-se o processo político enfatizando a necessidade de participação dos intelectuais brasileiros no mesmo.

É a partir, então, desse período que o termo “cultura popular” começa a transitar, com certa intensidade, nas discussões entre os intelectuais brasileiros. Surgiram grupos que tomaram o termo com o viés totalmente político. Foi disseminada a tese de que cultura popular não era apenas a cultura advinda do povo, mas a que era feita pelo povo, sendo conceituada também como instrumento de educação, visando a uma consciência política e social das classes desfavorecidas da sociedade. Cita como principais teóricos deste movimento Carlos Estevam e Ferreira Goulart. O autor assevera que o conceito de cultura popular possui várias interpretações e não ficou livre de manipulações pelos grupos que defendiam seus próprios interesses e perspectivas teóricas. Desta forma, pensar a cultura popular, bem como suas manifestações, como simplesmente “conteúdo alienante” é, na opinião do autor, rejeitar a validade da formação de um determinado processo histórico.

Ainda no que se refere à cultura e as reflexões dos autores citados, não poderíamos deixar de destacar a relevância das reflexões de Cunha Júnior (2012)

acerca do que ele define como cultura negra, afrodescendente ou afrobrasileira, pois este afirma que as ideias ou conceitos de cultura formam ideologias no imaginário coletivo e modelam as representações que as sociedades tecem sobre determinados grupos sociais, povos e até continentes. Assim, quando se fala de cultura, especificamente cultura negra, para Cunha Júnior (2012) também estamos nos referindo às relações sociais, fatores econômicos, políticos e religiosos que envolvem as populações relacionadas a esta cultura.

Como foi dito anteriormente, e assevera Cunha Júnior (2012), as políticas culturais, sociais e econômicas sistematizam os conceitos de cultura produzindo condições sociais de valores ou de subordinação destas culturas. Para tanto, o autor enfatiza que, ao ampliarem-se os conceitos de culturas negras, estes incidem sobre a real relevância que o Estado, os sistemas de produção e difusão de conhecimentos, meios de transmissão de cultura e a população em geral poderão atribuir a estas culturas e aos indivíduos ou grupos que a produzem.

No contexto atual brasileiro, Cunha Júnior afirma (2012) que existe uma ideologia da cultura brasileira que a divide entre popular e erudita, de importâncias hierarquizadas, envolvendo conhecimentos superiores e inferiores, na qual as culturas negras são apresentadas de forma subalterna e inferior. Acrescentamos como exemplo os programas que a grande mídia apresenta com conteúdos que dizem “representar” a população negra do Brasil. Tais conteúdos fortalecem a forma preconceituosa de como são tratadas as populações negras na cultura nacional, pois esta, influenciada pelo pensamento hegemônico eurocêntrico, ignorou e desvalorizou as culturas de base africana, bem como inferiorizou os povos africanos e afrodescendentes.

As consequências deste processo ao longo dos anos, desde o tráfico de cativos africanos (século XV), produziram e continuam a produzir tipos de racismos, preconceitos, relacionando e/ou identificando as culturas negras como folclóricas, diabólicas, quando se trata de religião, e como culturas minoritárias. Daí o interesse e necessidade de Cunha Júnior (2012) e nosso em apresentar e conceituar as culturas negras, pois o objeto de nossa pesquisa, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da cidade de Fortaleza, assim como as outras também constituídas em várias partes do Brasil tinham como membros mulheres e homens negros, sendo esta instituição uma das formas destes indivíduos serem

inseridos na sociedade escravista de outrora, como sujeitos ainda que de categoria inferior.

2.3 O conceito de cultura negra ou afrodescendente

Para Cunha Júnior (2012), os conceitos são elaborados a partir de uma necessidade do autor, sendo que a base conceitual é construída de forma abstrata. Deste modo, os conceitos são elaborados para que permitam operações de raciocínio sobre fatos presentes na sociedade, não necessitando, em muitos casos, de bibliografia de base, podendo desta forma, ser autoral. Em se tratando da formulação de um conceito de cultura negra, este pode estar ou não baseado em referências passadas. Portanto, a necessidade de definir culturas negras ou afrodescendentes implica “situá-las num contínuo civilizatório das sociedades africanas”, retornando, assim, ao passado dos povos do continente africano (CUNHA JÚNIOR, 2012, p. 2).

De acordo com Nascimento (2008), o desenvolvimento das civilizações na Antiguidade aponta evidências de um contínuo intercâmbio e troca de influências que se difundem ao longo dos tempos em regiões da Ásia, Europa e América de certas características da civilização clássica africana, como a estrutura social matrilinear. No entanto, é preciso esclarecer que o sistema matrilinear não consiste em uma dominação da mulher sobre o homem e, sim, na partilha de responsabilidades e privilégios, bem como o poder.

Assim, afirma Cunha Júnior (2012) que não só a diáspora do povo negro através do tráfico foi a responsável por transformações, adaptações e relações sociais possíveis nos diversos momentos históricos do Brasil e, conseqüentemente, inclusos nos acervos que compõem a cultura brasileira, que têm como origem características das diversas sociedades africanas, trazendo presente aspectos da ancestralidade africana. Para o autor, o Brasil é herdeiro de conhecimentos em diversos campos e aspectos das sociedades africanas, cujos portadores foram os homens e mulheres que aqui chegaram como escravizados ou não. Portanto, o conceito de cultura negra ou afrodescendente terá como base as tecnologias africanas, cuja realidade histórica é bem diferente do estereótipo negativo construído sobre o continente africano e seus povos.

Considerando as reflexões apresentadas acima, salientamos a relevância de também apresentar de forma breve os procedimentos adotados para coleta de dados da pesquisa, o que constitui a metodologia.

2.4 Procedimentos metodológicos utilizados

A presente Dissertação é caracterizada como uma pesquisa do tipo qualitativa, que, de acordo com Neves (1996), surge no campo da Sociologia e Antropologia, mas que, nos últimos anos, tem sido utilizada por outras áreas, como Educação, Psicologia e Administração. Busca dados descritivos mediante a interação entre pesquisador e/ou situação e objeto de estudo. Para isso, o pesquisador deverá entender os fenômenos segundo e a partir das perspectivas dos participantes ou da situação estudada.

O método qualitativo, ainda sob a avaliação de Neves (1996), traz como contribuição para os trabalhos de pesquisa a junção de procedimentos de cunho racional e intuitivo que levam a uma melhor compreensão dos fenômenos, podendo redirecionar a investigação à medida que o pesquisador se aprofunda no tema/assunto, dando novos rumos à pesquisa. Diante dos pressupostos citados acima, intuímos que o método qualitativo permite adotar procedimentos que melhor se adequam aos objetivos propostos na pesquisa. Assim, adotamos como instrumentos utilizados para obtenção de informações e coleta de dados sobre o assunto pesquisado: entrevistas, visitas às instituições detentoras de documentos e fontes de informações sobre o assunto pesquisado, além de observação direta.

Basicamente, utilizamos dois procedimentos ou técnicas, a saber: 1) a técnica da documentação, que, segundo Severino (2000), trata-se da exploração de informações a partir de documentos arquivados em instituições públicas ou privadas — no nosso caso, visitamos a sede do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN) em Fortaleza, os arquivos da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel, o Arquivo Público do Estado do Ceará, a Sala de História Eclesiástica da Arquidiocese de Fortaleza, a Igreja do Rosário e a Secretaria da Catedral Metropolitana de Fortaleza; e 2) as entrevistas foram realizadas com membros ativos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Fortaleza.

Conforme nos informa Manzine (2012), as entrevistas como modalidade de procedimento são classificadas em semi-estruturada, não estruturada e estruturada. Optamos por utilizar o tipo semi-estruturada, que apresenta como característica a utilização de roteiro com perguntas abertas e flexíveis, possibilitando aos entrevistados responder espontaneamente e ao entrevistador fazer perguntas complementares para melhor entender o fenômeno pesquisado, comparando e confrontando informações entre os entrevistados no momento da análise de suas falas ou discursos.

A permissão para a concessão das entrevistas foi feita de forma verbal. Porém, visando a preservar as identidades dos entrevistados, substituímos seus nomes verdadeiros por nomes fictícios. As entrevistas foram realizadas em momentos previamente marcados com os membros da Irmandade, sendo a Igreja do Rosário o local utilizado, o que nos permitiu a observação direta, em alguns momentos, das atividades promovidas pela instituição.

O registro das falas dos entrevistados foi feito através de gravação de suas vozes em aparelho eletrônico (gravador de voz) e posteriormente transcritas, após várias sessões auditivas, e lidas pelos mesmos, para que, caso houvesse algum mal entendido, pudesse ser alterado, o que não ocorreu. Para analisar o que fora dito pelos entrevistados sobre o assunto pesquisado, utilizamos a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo, conforme nos informa Amado (2000), remonta ao período da 1ª Guerra Mundial (1914-1918), utilizada como instrumento de propaganda política e, na 2ª Guerra Mundial (1939-1945), com o objetivo de identificar elementos da propaganda nazista nos meios de comunicação americanos. A partir daí, vem sendo utilizada de modo exclusivo ou combinada com outras técnicas em vários campos das Ciências Humanas. Trata-se, portanto, de uma técnica que visa a organizar em um complexo de categorias os significados dos conteúdos que se manifestam nos diferentes modos de comunicação, como textos, imagens e filmes.

Amado (2000) destaca que o aspecto de maior relevância na análise de conteúdo é o de permitir o avanço fértil, através das inferências oriundas do quadro teórico do investigador/pesquisador, por áreas ou pontos poucos evidentes que constituem o contexto pesquisado. O autor acredita que este aspecto permite que o pesquisador use a análise de conteúdo de forma criativa sobre as diferentes formas

de comunicação e, principalmente, sobre aquelas que se referem a perspectivas subjetivas do mundo.

De acordo com o que Amado (2000) alude sobre os diferentes tipos de comunicações possíveis de serem analisadas através da técnica da análise de conteúdo, dizemos que os tipos de comunicações utilizados em nossa pesquisa são os textuais, pois envolvem os textos dos documentos existentes sobre a instituição pesquisada e os textos originados das falas dos entrevistados. A análise dos conteúdos dos textos preexistentes (documentos de arquivos) e provocados, no caso do texto produzido a partir da transcrição dos discursos dos entrevistados, se deu seguindo a proposta adotada na técnica.

Ainda conforme Amado (2000), a técnica da análise de conteúdo requer dos pesquisadores classificar o tipo de estudo que se pretende efetuar, pois a técnica aponta três tipos ou natureza de estudos, a saber: 1) o estrutural, que analisa as ocorrências e frequências com que ocorrem os objetos, procurando colocar em evidência a regularidade dos fenômenos e suas características; 2) o estudo diferencial, no qual procura-se saber em que medida o fator X influencia o Y, pressupondo, desta forma, a elaboração de hipóteses; e 3) o estudo funcional que procura situar-se em torno das entrevistas onde a produção do discurso é provocada pelo investigador/pesquisador.

Diante do exposto acima, verificamos que o trabalho com o depoimento dos entrevistados tem como sentido entender o discurso produzido pelos mesmos e partiu de perguntas feitas pelo entrevistador, pois, para Ricoeur (1976, p. 26), a presença do par, locutor e ouvinte constitui a linguagem como comunicação. Portanto, sendo possível interpretá-lo posteriormente através dos processos de classificação dos conceitos, categorização e codificação.

Para tanto, é importante afirmar, conforme destaca Triviños (1987), que a vantagem de se utilizar o método de análise de conteúdo nas mensagens e ou discursos escritos é que estes são materiais objetivos e podemos voltar a eles quantas vezes for preciso. Ainda sobre suas peculiaridades, salientamos as “inferências”, que tanto podem partir das informações do conteúdo dos discursos como de premissas emergidas como resultado do estudo dos dados coletados.

Portanto, aplicando-se a referida metodologia, a pesquisa foi norteada e desenvolvida nas seguintes etapas: levantamento bibliográfico, coleta de dados, construção do referencial teórico, realização de entrevistas, transcrição das

entrevistas (composição do texto para análise) e análise propriamente dita, que apresentaremos posteriormente e paralelamente às falas dos entrevistados.

A seguir, apresentaremos as origens das confrarias ou irmandades surgidas na Europa, na Idade Média.

3 CONFRARIAS OU IRMANDADES: AS ORIGENS

Para entender algumas das peculiaridades das confrarias ou irmandades que surgiram no Brasil durante os séculos XVIII e XIX e atualmente, julgamos ser relevante apresentar, através de Jacques Rossiaud,⁷ o perfil das cidades na Idade Média (séculos XII e XIII) na Europa, período em que as confrarias têm sua origem. Assim como na Europa, aqui no Brasil as confrarias foram, conforme nos informa Scarano (1978), mais relacionadas às confrarias medievais pelo seu caráter associativo e solidário, se instalando no espaço urbano. Porém, apesar de partirem do modelo português, mais devocional, foram adaptando-se às circunstâncias locais. Nosso foco aqui é perceber as diferenças e aproximações entre o contexto medieval europeu e o período colonial brasileiro, atualizando nossas impressões do contexto atual e ainda percebendo as permanências.

Entretanto, antes de expor as reflexões do referido autor, queremos salientar, através das informações de Nascimento (2008), que as regiões da Península Ibérica que hoje conhecemos como Portugal e Espanha estiveram sob domínio dos mouros, cuja força militar se constituía dos povos sírios, egípcios, persas e bereberes. O período de dominação se estende do ano 711 a 1492, portanto, do século VIII ao XV. Eram povos de origem muçulmana ou que aderiram à esta religião. Neste período, o cristianismo ainda não era a religião dominante nesta região.

Como legado do controle exercido pelas tropas islâmicas por toda a Península Ibérica podemos destacar a engenharia naval, utilizada pelos portugueses e espanhóis na criação da Escola de Sagres, a tradução de textos clássicos gregos e latinos, possibilitando assim sua recuperação no período renascentista, o fado, que é um lamento mouro e que os portugueses adaptaram à sua cultura. Chamamos atenção para estes fatos por constatarmos na história a negação do papel dos povos africanos na construção de civilizações e avanços científicos e tecnológicos, fixando-se no imaginário humano a imagem de uma África negra selvagem e seus povos destituídos de condição humana.

A retomada ou reconquista dos reinos muçulmanos pelos cristãos durou cerca de sete séculos, ou seja, desde a conquista da Península Ibérica, se

⁷ ROSSIAUD, Jacques. O cidadão e a vida na cidade. In: LE GOFF, Jacques (Org.). **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

encerrando em 1492 com a conquista da cidade de Granada, último reduto sob controle muçulmano, ao mesmo tempo em que os reinos de Castela, Leão, Navarra e Aragão se unificavam, formando, assim, a Espanha, como afirma Bárbara Cogni (2008).

Continuando a incursão sobre as cidades do período medieval europeu, Rossiaud (1989) informa que elas têm uma organização dinâmica, sobretudo na França, Inglaterra, Itália e Flandres. Os grupos sociais que compunham a sociedade nestes séculos (XII e XIII) — mendigos, clérigos, prostitutas, burgueses — viviam cada um sob normas de convivência específicas, obrigando-os a se integrarem.

As condições dos mais pobres nas cidades, mesmo na Europa, eram difíceis, pois era comum mais de duas pessoas habitarem um único cômodo — os que possuíam família dispunham de dois cômodos, mas o poço e a cozinha eram compartilhados com outras pessoas. Em anos difíceis, ou com poucos recursos hídricos, faltava água potável e o lixo produzido era acumulado em casas fechadas, favorecendo a proliferação de doenças endêmicas. Mesmo com a municipalidade relegando os leprosos para fora dos muros da cidade e publicando regulamentos sanitários, isso não foi eficaz contra a peste, que dizimou populações de bairros e subúrbios no século XIV.

Lembramos aqui que, no Brasil, na época do descobrimento e exploração (1500), várias tribos indígenas foram exterminadas, vítimas de doença e morte, trazidas pelos exploradores/colonizadores e, ainda, por confrontos e resistência dos indígenas a não se submeterem à estrutura escravocrata lusitana (AZZI,1987). Enfatizamos que estes fatos ocorridos na Europa e Brasil foram em períodos distintos e que não é intenção nossa fazer uma abordagem de história comparada. Porém, é pertinente observar estes fatos porque no período colonial e imperial do Brasil a população negra e a elite da sociedade eram vitimadas por doenças pouco conhecidas, bem como sua cura, pois, segundo Viotti (2012), tínhamos uma medicina mista, pautada em saberes acadêmicos e empíricos importados da Europa e um saber praticado pelos nativos do Brasil e dos africanos que aqui chegaram. A medicina praticada por estes últimos era, na maioria das vezes, a única forma e possibilidade que tinham para se tratar, visto que a medicina praticada pelos ditos cirurgiões só alcançavam a elite e não havia muitos médicos disponíveis, nem mesmo nos centros urbanos. Desta forma, é possível imaginar o perfil dos centros urbanos no Brasil neste período e as características de sua população.

Ainda sobre as características das cidades europeias medievais, Rossiaud (1989) nos informa que havia um “direito cidadão”, que se antecipava à autoridade concorrente. Desta forma, era comum a justiça ser exercida pelos senhores, assim como a legislação dos tribunais estarem sob o domínio de pessoas influentes. Alguns grupos de pessoas, como os negociantes, tinham o direito de arregimentar mão de obra para suas oficinas, controlar pesos e medidas, mercados e feiras, regulamentar profissões e intervir de forma efetiva e eficaz em favor dos concidadãos, vítimas de roubo ou qualquer outro crime.

No entanto, esta espécie de solidariedade coletiva custava para ser alcançada ou adquirida, pois dependia de o indivíduo atender a alguns requisitos para ser admitido. Por exemplo: influência de um padrinho, pessoa influente da cidade, comprovar residência fixa na cidade por mais de um ano, ter uma profissão ou ser proprietário de um imóvel.

Em contrapartida, os indivíduos que constituíam a base da sociedade eram desprovidos de recursos e incapacitados de transpor as barreiras impostas e erguidas por uma minoria detentora de poderes, de fato e de direito. Porém, o fato de residir na cidade já garantia para esse contingente excluído viver uma pseudo-segurança e não morrer de fome, pois, nas cidades, havia reserva de alimentos, capital e força humana suficiente para transportar aos portos e em segurança os carregamentos de trigo. Além do mais, estes contavam com a esperança de não sucumbir à fome e ao desemprego, em períodos difíceis, graças à distribuição de rações alimentares através da caridade dos poderosos e pela ação infratora dos próprios indivíduos em situação de risco, neste caso, o furto. Assim as cidades europeias medievais conhecem a violência e a marginalidade.

A vizinhança pacífica era, segundo Rossiaud (1989), um fenômeno não natural, pois esta conhecia momentos tranquilos e agitados e as catástrofes eram responsáveis por uma constante reconstrução das mesmas. O companheirismo, obtido a partir das relações de convivência entre os indivíduos, inseria-os simultaneamente em um território e redes de solidariedade. Esse mesmo companheirismo, muitas vezes, disfarçava contradições entre grupos de indivíduos diferentes, moderava os atritos, controlava impulsos e ainda advogava em favor de valores e modos de viver.

Rossiaud (1989) nos informa como viviam os cidadãos não nobres, os empregados dos produtores de tecidos, que não eram aceitos nas cidades após o

cumprimento de sua jornada de trabalho. Os mais necessitados iam à praça para serem contratados numa rotatividade de empregos sem conseguirem estabilidade, destino comum aos cidadãos mais miseráveis. Para se defender dos perigos da cidade, sua vida e também uma boa morte e ainda garantir alimento para subsistência: foram estes os principais motivos que os levam a entrar nas confrarias. As crises advindas com as calamidades no final da Idade Média se tornam uma necessidade veemente. Por isso, entre os anos de 1250 e 1500, o movimento que envolve as confrarias altera a estrutura das cidades no Ocidente.

Durante muito tempo, somente os poderosos da sociedade tinham o direito de reconhecer suas profissões, usufruindo do conforto das responsabilidades que eram partilhadas e da proteção mútua, que eram negadas aos demais. Para esta classe de senhores, as confrarias populares eram vistas como cerne de rebelião e, por vezes, classificadas como desvio herético. Entretanto, as ordens mendicantes, vislumbrando o potencial destas associações e a possibilidade de tirar algum proveito, acolheram-nas e incentivaram sua formação (J. ROSSIAUD, 1989).

3.1 Características das confrarias medievais

Segundo nos informa J. Rossiaud(1989), as primeiras confrarias medievais foram organizadas a partir das necessidades da classe trabalhadora pobre da cidade, que buscavam entre outras coisas proteger-se dos perigos da cidade, defender seu alimento, vida e amparo no momento da morte, pois a instabilidade era o destino comum dos cidadãos em cidades como Paris, Arles ou Pisa. Portanto, as confrarias profissionais, que eram vigiadas e, em princípio, tinham de associar-se nas das tribos e nas das artes, formavam o quadro sociopolítico naquela sociedade no ano de 1300. Dois séculos depois, estas instituições se proliferaram de tal forma que, no ano de 1500, uma cidade média da França como Arles ou Viena contava com pelo menos 30 destas instituições, reunindo dezenas ou centenas de membros. Para Rossiaud (1989), o movimento não é específico da cidade, pois se encontra também no campo, mas não tão numerosas. As confrarias, segundo o autor acima citado, podem ser classificadas como devotas ou penitenciais, profissionais ou cívicas, de lazer ou hospitaleiras. Avançam de tal forma pelas cidades, que definem assim suas estruturas. Ao longo

do texto, estaremos apresentando algumas peculiaridades dos tipos classificados pelo autor.

Chefes de família pertencem a mais de uma delas e, nas classes média e abastada da sociedade, torna-se regra o pertencimento a uma confraria. Para fazer parte é preciso contribuir com valor monetário — os pobres economizam para serem admitidos, visando à solidariedade entre os iguais e promoção social. A adesão do povo nas confrarias é significativa, pois estas reúnem homens de diferentes origens étnicas, proporcionando, assim, um ambiente social amplo.

O ambiente social das cidades europeias no período medieval obedecia a uma estrutura organizada pelas classes que a formavam, como os operários, os que tinham uma profissão definida, os mercadores, negociantes, os ricos. Cada grupo procurava se inserir nas confrarias que os identificava. Assim, as confrarias ditas profissionais possuíam uma terceira categoria, além da dos patrões e operários: a dos parentes e amigos. Estes últimos pagavam uma cota menor, mas com direito à orações e banquete comum (ROSSIAUD, 1989).

Em todas as confrarias há uma admissão solene, onde o recém-admitido jura pelo Evangelho, respeitar a paz, não proferir palavras obscenas, não cometer atos que possam provocar a discórdia e levar o grupo à vingança divina. Os chefes, por sua vez, têm como principal função manter a paz e amor recíproco; para isto, afastavam os embriagados, desordeiros e intervinham nos conflitos, excluindo aqueles que se rebelavam, não cumprindo as prescrições nos assevera Rossiaud (1989). Portanto, podemos perceber que, para ser admitido nas confrarias, o indivíduo se comprometia a cumprir regras de boa convivência, facilitando a aprendizagem de vida em sociedade, sobretudo aqueles mais jovens.

Como instituições pacificadoras, as confrarias são também protetoras, como nos explica Rossiaud (1989). chamando atenção para o fato de protegerem materialmente os confrades através das arrecadações que iam para um cofre comum, podendo ser utilizadas para socorrer um confrade necessitado ou conceder empréstimo (neste caso sendo reembolsável com taxa de juro mínima), como proteção intermediária, servia para apoiar seus membros junto às autoridades legais, quando preciso. Para o mesmo autor, as confrarias são cooperativas espirituais verticais, pois têm na corte celeste advogados naturais, os santos patronos. O homem medieval entende que as missas e orações dirigidas aos confrades já falecidos possam salvar suas almas e, em resposta ou agradecimento,

estes agiam como intercessores. Funcionava, ainda, como um seguro espiritual, por dar assistência na morte, acompanhar o sepultamento, visitar os confrades enfermos e incentivar a confissão.

Rossiaud (1989) compara as confrarias com municípios em miniatura, pois os seus ritos de eleição e governo reproduzem e/ou inspiram, por vezes, ritos municipais. A renovação de grupos dirigentes, a colegialidade, a redistribuição de funções ou poderes permitem aos confrades a oportunidade de exercer uma função e se sentir responsáveis. Fazer parte de uma confraria é, para o cidadão, tornar-se cidadão valorizado na confraria a qual pertence, sendo que estes valores adquiridos se estendem ao convívio social.

A hierarquia e a ordem nas confrarias são mantidas, visto que os cargos de responsabilidade são exercidos por indivíduos mais velhos, e o autor citado lembra que nas confrarias profissionais os operários não têm voz ativa, mas enfatiza que as confrarias formadas no século XV propagam a ideia de igualdade, pois nos seus ritos conferem primazia ao juramento mútuo dos confrades, levando-os a se empenharem na coletividade e, assim, poder reduzir as diferenças. De forma efetiva, esta prática é possível e se dá quando os confrades fazem da comensalidade a principal liturgia anual. Agora, fazer parte de uma confraria significa participar da refeição que segue a celebração da missa e à procissão. Por ocasião desta refeição, esta é partilhada com os irmãos que pagaram por seu lugar à mesa; sentam-se lado a lado e usam um uniforme, sinal de igualdade entre eles. A cultura cidadina neste contexto tendia tornar-se comum às classes média e baixa, graças às confrarias, conclui Rossiaud (1989).

Para Vauchez (1995), a espiritualidade dos leigos neste período teve influência significativa para o surgimento das confrarias, pois os leigos aspiravam a elevar-se ao nível espiritual dos clérigos, cônegos e pregadores, conquistando sua salvação, mas sem renunciar ao seu estado. Neste período, a Igreja exigia o combate aos inimigos da fé e rigorismo penitencial. Era a instituição que organizava e enquadrava os fiéis, dispensando menos favores divinos.

Os fiéis também tinham o desejo de ter acesso às Escrituras (Bíblia), conhecer os textos bíblicos e reivindicavam o direito de também anunciar o evangelho, pois esta função era somente permitida aos clérigos. Estes também se recusavam a serem objetos do ministério pastoral dos clérigos, aspiravam a uma fé na ação, a partir da mensagem de Cristo. As mulheres, por sua vez, eram as mais

marginalizadas, vistas como fonte do mal, assim como os casais, pois pregava-se a perfeição espiritual na abstinência e negação dos estímulos ao corpo.

Entretanto, Vauchez (1995) afirma que a organização dos leigos em confrarias, que visavam a uma vida religiosa autônoma e ativa, foi um dos aspectos inovadores desse período. Estas seguiam o modelo das confrarias sacerdotais e das guildas de mercadores e artesãos, tendo os leigos do campo e da cidade se organizado a partir de uma base territorial ou sócio-profissional, praticando, assim, ajuda mútua e encarregando-se dos funerais de seus membros e promovendo a paz na fraternidade. Muitos destes agrupamentos, principalmente nas regiões do sudeste da França e na Itália, se colocaram sob a proteção do Espírito Santo, tornando-se, posteriormente, uma prática comum entre as confrarias: colocar-se sob proteção de um padroeiro ou padroeira.

O sucesso das confrarias nos séculos últimos da Idade Média deveu-se, como nos informa Borges (2005), às altas taxas de mortalidade, às migrações, à desagregação das famílias, o que levou homens e mulheres a buscarem solidariedade em sociedades que passavam por situação de fome, guerras, doenças entre outras privações. Acrescenta, ainda, que a caridade ou auxílio ao próximo fez parte do imaginário cristão no fim da Idade Média. Ajudar o próximo significava ajudar Cristo.

Após este breve relato sobre as irmandades que tiveram sua origem no período medieval e suas características gerais, acompanharemos aqui a dinâmica das irmandades religiosas surgidas no Brasil, entre elas a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos.

3.2 As irmandades religiosas no Brasil

No Brasil, de acordo com a pesquisa de Julita Scarano (1978), as confrarias ou irmandades religiosas surgiram no decorrer do século XVIII. Partiram de modelos portugueses, adaptaram-se às circunstâncias das localidades onde se instalaram, contudo sem perder características originais, principalmente nas regras das Irmandades da Misericórdia de Lisboa, que foram criadas em 1498, por iniciativa de um pregador da ordem da Santíssima Trindade e um grupo de leigos, tendo como confrade o rei D. Manuel. Por possuírem um estatuto especial, as irmandades da Misericórdia se multiplicaram nas regiões portuguesas, incluindo-se as

metrópoles, estendendo-se também às colônias. Tinham como objetivo principal socorrer os necessitados.

No entanto, Wood (2005) nos informa que as primeiras irmandades de Portugal de que se têm notícias e detalhes são a Ordem Terceira de São Francisco (1289), a Confraria dos Homens Bons (1297) e a Irmandade da Imaculada Conceição (1346). Contudo, já no século XV, em Portugal e Espanha, existiam irmandades religiosas onde seus integrantes eram negros trazidos da África como escravos e brancos de origem ibérica. Com a expansão da Europa, espanhóis e portugueses instituíram as irmandades em regiões do continente africano, Ásia e América. Quanto às irmandades da Misericórdia, Wood (2005) nos informa que essa prestava assistência social sem distinção de nacionalidade, classe social, credo ou cor e era formada exclusivamente por brancos.

Segundo Borges (2005), as irmandades da Misericórdia sintetizaram um movimento maior, que se iniciou na Idade Média, como foi descrito anteriormente, onde a nobreza e a plebe congregavam-se numa mesma irmandade com o objetivo de promover a caridade, pois assistir órfãos, visitar doentes e prisioneiros, entre outros favores, eram ações sociais que marcavam e representavam ideologias religiosas cujo auxílio ao próximo fazia parte do imaginário cristão do final da Idade Média. O pobre era equiparado à figura de Cristo, sendo este ideal difundido principalmente entre as Ordens Mendicantes. Assim, ajudar o pobre significava ajudar Cristo e a pobreza era exaltada como valor espiritual, a qual era assumida tanto por aqueles que renunciavam aos bens materiais como por aqueles que realmente viviam na pobreza.

Como resultado deste pensamento, a presença dos pobres na sociedade cristã medieval era inscrita no plano da salvação, pois o elogio da esmola possibilitava ao rico uma justificativa para obtenção da salvação. A caridade passou então a ser um dever cristão, tornando a Igreja procuradora do pobre e a gestora da misericórdia social no período medieval.

Com o passar do tempo, a mentalidade com relação ao pobre se modificou, exigindo das instituições novas fórmulas e estratégias políticas, e as irmandades, de um modo geral, permaneceriam administrando a pobreza de acordo com os objetivos de cada uma e o modelo de estrutura confrarial, que se baseava na solidariedade entre os irmãos, que se reproduziram por todo o chamado Novo Mundo.

No Brasil, segundo nos informa Hoornaert (1990), as irmandades se difundiram na zona urbana desde o século XVII, em cidades como Rio de Janeiro, Belém, Salvador e Recife e em grande parte da região mineira. Na América Latina, as confrarias chegaram à Venezuela, ao Peru, à Argentina e ao Uruguai.

O surgimento das irmandades religiosas no Brasil variou de uma região para outra no Brasil, bem como a forma de organização e mobilização dos confrades diante dos problemas ou adversidades que surgiam implicando o convívio social. Dependia, em parte, da economia que predominava em cada lugar e, sendo considerado um fenômeno tipicamente urbano, algumas cidades se desenvolveram com certa lentidão, dificultando o espírito associativo, principalmente dos escravizados. Contudo, Wood (2005) nos relata que somente a partir do final do século XVII e início do século XVIII é que as irmandades tornaram-se visíveis nas vilas urbanas do Brasil. No tocante à economia, o mesmo autor comenta que, em 1589, missionários jesuítas formaram irmandades de negros que trabalhavam nas fazendas açucareiras de Pernambuco com o objetivo de melhorar a instrução espiritual dos escravizados, amenizando conflitos e, conseqüentemente, aumentando a produção.

As irmandades promoviam o culto católico, estavam submetidas às jurisdições eclesiástica e secular, protegiam seus membros assistindo-os na enfermidade, dando suporte espiritual e material. Acompanhavam os funerais dos confrades e os estatutos regulamentavam os direitos e deveres dos irmãos, como também as funções exercidas e observadas pelos mesmos (BORGES, 2005).

Ainda como característica destas instituições, que representavam os grupos sociais no período Brasil Colônia-Império, pois, como nos diz Eduardo Campos (1980, p. 8):

Existiam irmandades apenas de brancos; as de brancos e pretos. Outras, de pardos. Algumas, raras, só de pretos, quer apenas de escravos ou destes e forros; as integradas por pardos e brancos, e aquelas que quase sempre, incluindo pretos escravos, compunham-se de reis e rainhas, podendo desfilar a comemorar, em ocasião de atos mais solenes, com indumentos de flagrante imitação as vestes do poder régio.

Desta forma, é Borges (2005) que nos informa que os brancos se congregavam nas confrarias do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora da Conceição e Almas; os comerciantes ricos e funcionários da Coroa estavam

inseridos nas Ordens Terceiras de São Francisco e do Carmo; os pardos, por sua vez, estavam quase sempre congregados na Irmandade de São Gonçalo Garcia; já os pretos forros e cativos congregavam as irmandades de Santa Ifigênia, São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, sendo esta a mais numerosa entre aquelas compostas por negros em todo o Brasil nos espaços urbanos.

Para Wood (2005) as irmandades compostas por negros e mulatos surgiram do desejo de formar uma associação que fosse oficialmente reconhecida, sendo rara a vila no Brasil no século XVIII que não tivesse uma irmandade do Rosário. A seguir, apresentaremos um breve relato das origens da devoção à Nossa Senhora do Rosário.

3.3 Origens da devoção à Nossa Senhora do Rosário

Segundo Borges (2005), a criação e propagação da irmandade de Nossa Senhora do Rosário é atribuída à Ordem dos Dominicanos.⁸ Em sua pesquisa, a autora relata que o primeiro registro de uma confraria sob esta devoção data do ano de 1475, localizada na cidade de Colônia (Portugal), onde funciona até hoje um convento desta Ordem. No entanto, assim como Scarano (1976), também Borges (2005) nos informa que o culto ou devoção à Nossa Senhora do Rosário tornou-se popular com a Batalha de Lepanto, ocorrida em 1571. Esta batalha teve como objetivo dissolver o domínio dos turcos e dar fim à expansão do islamismo no Mediterrâneo. A vitória dos cristãos sobre os turcos teria sido possível graças à intercessão da Virgem Maria em resposta à oração (do Rosário) a ela oferecida. Para comemorar esta vitória, o Papa Pio V autorizou a festa dedicada à Nossa Senhora da Vitória em todas as igrejas que tivessem um altar dedicado ao Rosário. Em 1573, no pontificado de Gregório XIII, este transferiu a festa para o primeiro domingo de outubro, passando a ser dedicada à Nossa Senhora do Rosário.

Sabemos, através de Borges (2005), que os dominicanos não se fixaram na América portuguesa, cabendo aos jesuítas, que estiveram à frente do projeto missionário/evangelizador português, o trabalho devocional. No Brasil, mais

⁸ A *Ordo Praedicatorum*, mais conhecida por Ordem Dominicana, foi fundada por Domingos de Gusmão, em 1215, em Toulouse (sul da França). Teve como objetivo disseminar o Evangelho levando à conversão os descrentes de sua época. Eram eruditos e tinham como ideal a pobreza.

precisamente em São Paulo, foi erigida uma confraria de Nossa Senhora do Rosário, no século XVI, por iniciativa do jesuíta José de Anchieta.

Os missionários dominicanos alcançaram algumas regiões do continente africano com o objetivo de divulgar e propagar a devoção à Nossa Senhora do Rosário. Porém, segundo Borges (2005), não há informações disponíveis a respeito da duração e do trabalho efetuado com a população negra daquele continente, mas sabe-se que outras ordens, como os jesuítas principalmente, capuchinhos, carmelitas e franciscanos, encarregaram-se do trabalho missionário junto aos povos africanos.

Na opinião de Scarano (1976), no que se refere às razões pelas quais os negros adotaram Nossa Senhora do Rosário como protetora, ainda não são claras e nem satisfatórias. No entanto, alguns autores, como Marques (2009), afirmam que os negros sempre tiveram entendimento próprio do que significava o objeto (Rosário) e da própria instituição (Confraria), independentemente do local onde estivessem congregados, fosse na África, Portugal ou Brasil.

Neste sentido, Luz (2000) recorre aos elementos da história do negro para tentar diminuir a lacuna existente sobre este aspecto, lembrando-nos do episódio ocorrido no século XVII no reino Ndongo, localizado no sudoeste do continente africano, ao sofrer os infortúnios da guerra contra os portugueses, cujo objetivo era a implantação de um império cristão, garantindo desta forma o tráfico escravista. A guerra levava milhares de africanos do reino Ndongo para além-mar, mas também exauria os portugueses com as estratégias de resistência dos adversários. Como exemplo destas estratégias, a rainha Nzinga, percebendo a Coroa portuguesa dividida, facilitou a entrada dos missionários capuchinhos, converteu-se ao catolicismo, adotando o nome português de Ana de Souza, e ordenou que fosse construída uma igreja em homenagem a Sant'Ana. Ao seu povo, pediu que usassem o símbolo da cruz entre suas contas (colar). Assim, os símbolos católicos eram ressignificados a partir da tradição e do culto aos ancestrais africanos nas irmandades e quilombos, como desdobramentos de estratégias, sendo este exemplo apenas um em muitos.

Para Nascimento (2009), quando há a eleição coletiva de um santo padroeiro por determinados grupos, estes, na verdade, estão buscando o acesso ao sagrado, e é impossível separar isto deles, pois é parte inerente da visão de mundo que têm. Os santos representam aqui seus anseios e necessidades.

Outro evento que podemos relacionar ou associar à eleição de Nossa Senhora do Rosário como padroeira preferida dos pretos é o que nos conta J. Thornton (2004), quando aborda o cristianismo africano. Trata-se da missão de evangelização no Congo, a qual foi exitosa no sentido de desenvolver o cristianismo na África. Logo após a chegada dos padres católicos no Congo, dois nobres congolezes sonharam ao mesmo tempo com uma linda mulher suplicando àqueles povos para seguir o cristianismo. Além deste sonho, um deles também encontrou uma pedra de cor preta e diferente de qualquer outra daquele país, em forma de cruz, próximo à sua casa. Quando o rei, um nkuwu, ouviu estas histórias, pediu explicações ao clero cristão. Estes, sem hesitar, disseram que a mulher no sonho era a Virgem Maria e que a pedra, assim como a virgem, eram sinais de graça e salvação e que os eventos eram milagres e revelações. Tanto o clero cristão como o povo congolês acreditavam em milagres e revelações.

Quando falamos de “revelação” é preciso dizer que se trata de um termo teológico que tem o mesmo sentido que “comunicação”, ou seja, precisamos de um interlocutor para comunicar algo. Para Soares (2003), a revelação não constitui uma verdade automática; para tanto, esta verdade comunicada deverá ser possuída à medida que o indivíduo consiga convertê-la em diferença humanizadora dentro da história. Para receber tal verdade é necessário, também, que já esteja em curso uma atitude de busca por parte do indivíduo, pois a verdadeira revelação se dá quando o ser humano lê os acontecimentos como algo que lhe diz respeito.

A forma concreta de aceitação da explicação do clero cristão foi que a primeira igreja construída no Congo foi dedicada à Virgem Maria e a pedra que fora encontrada foi colocada dentro da igreja como objeto de veneração. Partindo destes episódios, enfatizamos, ainda, que, para a teologia católica, os santos tanto podem ser universais como particulares.

Contudo, Andrade (2011) afirma que a escolha dos santos está diretamente relacionada ao papel que estes desempenham na formação e construção de uma consciência identitária, pois, neste caso, o santo tanto fortaleceria as relações comunitárias como aperfeiçoava os laços de pertencimento da comunidade ou grupo. Sabemos ainda, através do mesmo autor, que o catolicismo brasileiro tem suas raízes configuradas a partir do modelo português, trazido ao Brasil no período da colonização, e que a devoção mariana e aos santos é a marca forte, perdurando até nossos dias.

É fácil perceber esta marca quando, ao observamos as cidades brasileiras, constatamos o fato de terem como padroeiro (a) um santo (a) ou ainda Maria, mãe de Jesus, sob a denominação dos vários títulos a ela atribuídos, tais como os que se referem aos *dogmas*: maternidade divina, imaculada concepção, virgindade perpétua, assunção; *momentos de sua vida*: anunciação, natividade, desterro, apresentação, visitação, dores; *traços de sua personalidade ou dons*: auxiliadora, alegria, consoladora, piedade, glória, graça, entre outros; e que o próprio país, Brasil, a tem como padroeira sob a denominação ou título de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, cujo ato solene da consagração se deu no ano de 1931, conquistando assim o lugar de símbolo nacional.

Estes exemplos citados acima nos permitem perceber que o culto aos santos pode ter facilitado aos africanos de diferentes tradições fundirem suas versões do cosmos com as revelações dos entes sobrenaturais cristãos, como conclui Thornton (2004). Foi sob a devoção e proteção mariana que os pretos se organizaram em irmandades como uma forma de expressar sua cultura contida na religiosidade, como também garantir sua inserção como sujeitos na sociedade escravista através do catolicismo. A seguir, nossa proposta é apresentar a irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Fortaleza, antiga Irmandade dos Homens Pretos, contextualizando-a.

3.4 Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Fortaleza

Sabemos, através da pesquisa realizada por Eduardo Campos (1980) sobre as irmandades religiosas no Ceará, que a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos esteve ativa nas seguintes vilas, hoje cidades, dos municípios que compõem o Estado do Ceará, a saber: Aracati, Barbalha, Crato, Fortaleza, Icó, Quixeramobim, Sobral e São Bernardo das Russas, atualmente Russas. A fundação ou legalização para funcionamento de todas elas datam da segunda metade do século XIX, que compreendem os anos de 1840 a 1870. Embora saibamos, como informa Borges (2005), que as confrarias precisavam de autorização eclesiástica e do poder régio para legalizar o seu funcionamento. Assim, muitas delas começavam a funcionar mesmo antes da aprovação pelos dois poderes.

Seria interessante, como nos foi proposto, fazer um levantamento dos marcadores culturais negros nas respectivas cidades onde outrora existiram e funcionaram as irmandades de Nossa Senhora do Rosário. Porém, para isso, precisaríamos de tempo e disponibilidade extra para visitas a estas cidades, visto que se localizam em diferentes espaços geográficos do estado do Ceará. Outra dificuldade seria identificar com precisão os marcadores negros na cultura local, pois estes se reconfiguram e se ressignificam ao longo do tempo. Precisaríamos de observação atenta e profunda. Assim, nos deteremos somente na cidade de Fortaleza.

Sobre a irmandade de Nossa Senhora do Rosário, sabemos, através de Bezerra de Meneses (1992), ao descrever características da cidade de Fortaleza, que é tradição afirmar que, por volta do ano 1730, um negro africano construiu uma capela de taipa coberta de palha, dedicada a Nossa Senhora do Rosário, e lá os negros faziam suas orações e outros atos devocionais, como a primeira festa dedicada a Nossa Senhora do Rosário, no mês de dezembro do ano de 1747.

As Leis Provinciais do Ceará comprovam a existência de dois compromissos ou estatutos da referida instituição (irmandade) relativos aos anos de 1840 e 1871 e aprovados pelos poderes eclesiástico e legislativo, os quais tivemos acesso ao primeiro, por meio de uma edição transcrita e fac-similada da Coleção das Leis Provinciais do Ceará contida no Tomo I (1835-1861, p. 293-298) e o segundo através do setor de Microfilmagem e Periódicos, localizado na gaveta identificada por (LEIS) e caixa (LEIS DO CEARÁ/ANO 1862-1876), que estão na Biblioteca Pública Governador Meneses Pimentel, no setor CEARÁ.

Não foi possível manusear as obras originais (manuscritos dos estatutos e os volumes antigos das Leis Provinciais), pois estas se encontravam em péssimas condições de conservação. Portanto, o que temos hoje como referencial material da irmandade e ainda conservado é o templo (igreja), que se acha até hoje situada no Centro da cidade de Fortaleza, a igreja de Nossa Senhora do Rosário, onde abrigou como sede a antiga Irmandade do Rosário dos Homens Pretos e que assiste atualmente ao esforço mútuo de um grupo de homens e mulheres para revitalizar a irmandade, trazendo-a novamente à existência, enfrentando desafios e dificuldades neste novo contexto histórico.

Entre os séculos XVIII e XIX, período em que a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Fortaleza esteve ativa, Hauck (1992), assim como Azzi (1992), ao

analisar a igreja no período colonial brasileiro, afirma que são as Irmandades e Ordens Terceiras que constituíam o núcleo religioso organizado deste período e os leigos participaram ativamente na promoção de devoções, estando as iniciativas devocionais de responsabilidade dos leigos sem o estímulo dos clérigos, pois a função de reger a igreja era quase nula diante da intervenção do poder régio. Esperava-se do clero manter a disciplina e a obediência junto ao povo e do poder régio a nomeação de párocos, controle das atividades religiosas, como as devoções, fundação e legalização das associações e irmandades, exigindo-se destas que os confrades professassem a fé católica e fossem, mediante aprovação, responsáveis pela construção de igrejas e capelas.

Este modelo de ação no qual a igreja (instituição) está inserida é caracterizado como padroado, o qual, para entendermos, devemos inseri-lo no conceito de cristandade, que significa, segundo Matos (2005), o desejo de construir de forma integral uma sociedade cristã, onde a religião, diga-se cristã, pudesse adentrar todos os segmentos da vida do indivíduo como da coletividade. Os poderes civis e religiosos se aliam, somando forças para concretizar o projeto.

O padroado, como sugere a expressão, trata-se de um apadrinhamento, neste caso, temos, de acordo com Matos (2005), uma concessão dos papas a monarcas católicos comprometidos com a igreja, que são investidos de poderes pontifícios para administrar em seus territórios a instituição eclesiástica, promovendo as obras religiosas. É um compromisso entre o rei que representa o Estado e a Santa Sé, tendo como objetivo propagar a fé cristã e consolidar a Igreja.

O funcionamento do padroado consistia no juramento de fidelidade e submissão dos eclesiásticos à autoridade sagrada do rei. Para os assuntos referentes à Igreja, foi criado, em 1532, em Portugal, um departamento administrativo civil que se chamava Mesa de Consciência e Ordens. Este detinha o propósito de controlar as irmandades, pois, durante a Idade Média, a Coroa portuguesa já havia adquirido a jurisdição sobre o regulamento dos assuntos no âmbito religioso e, com a expansão ultramarina, estes poderes foram reforçados, estendendo ao direito de assegurar a jurisdição espiritual e a responsabilidade das missões católicas em várias regiões da África, Ásia e Brasil (BORGES, 2005).

No entanto, para Matos (2005), o regime do padroado alimentou na sociedade uma cultura de favores por parte da elite dominante, em detrimento da luta pelos direitos dos indivíduos e grupos sociais, pois, na cristandade colonial, esta

mesma sociedade era estruturada com base em privilégios e compadrio. Assim, enquanto o povo recorria aos santos para interceder contra as adversidades com as quais se deparava no dia a dia, o patronato se apresentava como expressão da proteção divina na sociedade brasileira em formação.

Diante desse contexto, ao analisarmos os estatutos da irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Fortaleza, percebemos algumas características comuns às outras irmandades existentes no mesmo período, como o fato de todas elas possuírem um estatuto, regimento e, entre direitos e deveres, era unânime que se prestasse assistência aos seus confrades. Eduardo Campos (1980) nos conta, através de notícia publicada no dia 07/10/1874, no jornal CONSTITUIÇÃO, sobre a Irmandade do Santíssimo Sacramento da cidade de Aracati, que esta era a mais interessada em deixar pecúlio a ser pago à família dos irmãos falecidos, prestando, desta forma, assistência além da que era estabelecida por todas, como mandar rezar missa pelo falecido e acompanhar o sepultamento. O anúncio recomendava:

Instataneamente a aquisição de meios para a instituição de um montepio que terá por fim socorrer de preferência aos confrades da irmandade e suas respectivas famílias, que venham a cair em indigência (CAMPOS, 1980, p. 10).

Ainda analisando os estatutos da Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Fortaleza, observamos que não bastava ao pretendente pagar a anuidade para ser aceito na confraria. Havia, neste caso, uma votação prévia, como está disposto no estatuto do ano de 1873, no Capítulo III das reuniões e atribuições da Mesa. Entre as competências da Mesa está a obrigação de:

Eleger em qualquer de suas reuniões para irmãos, as pessoas que tiverem os requisitos exigidos neste compromisso, e eliminar deste número os que os houverem perdido (Compromisso da Confraria de Nossa Senhora do Rosário de Fortaleza, Ano 1873, Cap. III, Art. 13, Parágrafo 1).

Note-se que, ao se tornarem membros da irmandade, aos negros era permitido assumir uma identidade tornando-se sujeitos, garantindo sua condição humana na sociedade escravista onde estavam inseridos. Tal condição era reconhecida pelo poder eclesiástico e o Estado, como também exigia um novo aprendizado, como salienta Borges (2005), pois os cargos exercidos pelos irmãos requeriam tomada de decisões sobre os assuntos internos da confraria, que exigiam

planejamento, controle das despesas e investimentos. No caso da irmandade do Rosário de Fortaleza, têm-se notícias, em seus estatutos dos anos (1840 e 1871), da existência de um cofre e três livros destinados ao lançamento de atas, receitas e despesas e outro para inscrição/registro dos nomes dos irmãos (confrades). Esses elementos nos dão uma ideia de organização e administração desta instituição, sendo a Mesa composta por um juiz, escrivão, tesoureiro, procuradores e mordomos; o juiz o cargo de “primeira dignidade”; o pároco era apenas um funcionário da irmandade, ainda que presidisse as sessões da mesa, não tinha autonomia total para impor suas decisões, pois tinham suas funções limitadas. É o que nos mostra o estatuto do ano de 1840 da referida confraria ou irmandade em seu Artigo VIII das Sessões da Mesa:

A mesa se reunirá sob presidência do pároco todas as vezes que for preciso tratar-se dos interesses da irmandade e será convocada pelo juiz ou procurador, ou tesoureiro, ou pároco, e reunindo-se metade e mais um haverá deliberação e caso faltem alguns mordomos, serão chamados os irmãos que mais comodamente possam comparecer. O pároco manterá a ordem, proporá, discutirá e porá os negócios à votação, mas não votará (Compromisso da irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Fortaleza do ano de 1840).

Alguns dos cargos ocupados por homens na irmandade do Rosário de Fortaleza também eram ocupados por mulheres, mediante eleição para compor a mesa, assumindo os respectivos cargos: juíza, escrivã e mordomas. A eleição acontecia na manhã do dia da festa de Nossa Senhora do Rosário, como constatamos no compromisso da irmandade do ano de 1840, que foi aprovado e sancionado como lei pelo o então presidente Francisco de Souza Martins, em 1º de setembro do referido ano:

Na manhã do dia da festa de Nossa Senhora do Rosário se fará eleição, primeiramente do rei, rainha, juiz, escrivão, tesoureiro, procurador e doze mordomos. Seguir-se –há logo a eleição de uma juíza, uma escrivã e doze mordomas (art. 3 das Eleições).

Neste caso, no contexto de escravidão da época este aspecto parece ser relevante, pois possibilitava a oportunidade igualitária entre homens e mulheres, pelo menos na irmandade, pois a lógica ideológica da sociedade só permitia à mulher negra a condição servil, cozinhando, lavando, cuidando dos filhos das mulheres brancas e ainda satisfazendo as exigências do senhor, muitas vezes

maltratadas. Entretanto, uma grande parte dessas mulheres resistia de alguma forma a esta ideologia. Borges (2005) nos conta que, na região de Vila Rica, a presença feminina foi majoritária na irmandade do Rosário do Alto da Cruz.

Entretanto, em se tratando da irmandade do Rosário de Fortaleza, no período colonial e imperial da província do Ceará, só podemos afirmar a existência das mulheres na referida irmandade através dos compromissos ou estatutos. Dados mais precisos sobre sua predominância ainda se constituem uma lacuna na história desta instituição em Fortaleza. Pensamos não ser errado afirmar que isto se deve à falta de documentos específicos sobre a referida irmandade, bem como sua consequência a falta de pesquisa sobre o assunto.

Na mesma cidade de Fortaleza, Campos (1980) nos dá notícias de que a irmandade de Nossa Senhora das Dores, cujo compromisso fora aprovado em 1860, também compunha em sua mesa mulheres que ocupavam os cargos de juíza e mordomas. No entanto, é ressaltada a seguinte deliberação: estas não poderão votar nem tomar parte das deliberações da irmandade. Como podemos perceber, as irmandades religiosas no Ceará provincial e seus regimentos eram complexos, daí não fazermos uma abordagem generalista sobre todas elas, tendo em vista suas peculiaridades.

Outro aspecto interessante na Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Fortaleza que gostaríamos de salientar é com relação ao lugar ocupado pela irmandade nas procissões por ocasião das festas, em que todas as irmandades participavam como a Quaresma, Semana Santa e *Corpus Christi*, sendo a procissão da Paixão de Cristo o grande evento, o qual contava com a participação de todas as irmandades. Eduardo Campos (1980) menciona um convite feito para um procurador:

O procurador da Irmandade de Bom Jesus dos Navegantes convida as irmandades do Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora do Rosário, do Livramento, do Patrocínio e dos Martírios para a procissão de seu padroeiro (CAMPOS, 1980, p. 27).

O momento das procissões, nos informa Campos (1980), impressionava os fiéis com os festejos solenizados a forma com que os confrades das distintas irmandades vestiam-se: mostrando ostentação e requinte que o momento pedia. Ali o profano e o sagrado se misturavam no requinte das encenações dramáticas, promovendo, desta forma, a reunião de todas as classes sociais. Aproveitando o

momento, os mais abastados da sociedade, principalmente as senhoras, desfilavam roupas de seda e tecidos franceses importados. Del Priori (1994) enfatiza que nas festas os ritmos e sons ajudavam os indivíduos a romperem o padrão de comportamento exigido pelas autoridades, transgredindo normas sociais, como o recato exigido das mulheres.

Os preparativos para as procissões envolviam gastos consideráveis, pois entre as irmandades havia disputa. Cada uma desejava exibir estandartes, luminárias especiais, entre outros elementos, para impressionar os que assistiam ao momento e também conseguir mais adesões de confrades. Consequentemente, para isto, era cobrado de cada confrade o pagamento de anuidade e a tiragem de esmolas pelas ruas da cidade nos domingos e dias santos. Aquele que se negava a tal obrigação sem justa causa pagaria multa.

Eram os juizes ou tesoueiros que faziam tais cobranças. Todos os recursos arrecadados — incluem-se aí também os bens doados a Nossa Senhora do Rosário — eram destinados às obras que a irmandade promovia, que, em seguida, se fazia uma prestação de contas. Para Borges (2005), a desconfiança dos confrades com relação à guarda dos recursos da irmandade estar sob o controle dos homens brancos levou os membros da irmandade a incluir em seus estatutos ou compromissos a necessidade de prestação de contas e controle dos recursos arrecadados. Era comum a Assembleia Provincial do Ceará destinar em seu orçamento recursos para cultos públicos, sendo estes repassados para a irmandades, entre elas a irmandade do Rosário — a maioria das vezes o dinheiro era usado para melhoria do templo (igreja) (CAMPOS, 1980).

Outro momento propício para as procissões era quando da visita de alguma autoridade religiosa, pois esta era honrada com procissão onde todas as irmandades existentes no local participavam, como também no transporte de imagens, que exigia o rigor do período. As imagens deveriam ser conduzidas com todo o respeito por pessoas piedosas ou que ocupavam posições ilustres na sociedade. Participavam deste cortejo todos os sacerdotes, seminaristas, todas as irmandades, funcionários de repartições públicas e, por fim, os fiéis.

Campos (1980) enfatiza que as irmandades estavam presentes nos momentos mais importantes de cunho religioso da sociedade, pois promoviam procissões e festas, realizavam novenas, administravam cemitérios (como no caso da irmandade da Santa Casa da Misericórdia), edificavam igrejas e as mantinham.

Contudo, Borges (2005) chama atenção para o fato de prestarmos atenção nas diferenças existentes entre as próprias irmandades do Rosário, pois estas adquiriram especificidades em função do meio em que estavam inseridas, como no caso das que se desenvolveram na região mineira do país, cuja produção de arte barroca é singular. Outras conseguiram mais recursos e ainda há registros de que houve aquelas que não construíram seu próprio templo, pois ter uma igreja significava para a comunidade confraternal a garantia de ter um local onde os confrades pudessem exercer autonomia, ainda que relativa, frente aos grupos da elite dominante e também de outras confrarias compostas por brancos. Significava também marcar território para encontro da comunidade, definindo espaço geométrico e sagrado. As irmandades do Rosário redefiniram a igreja como lugar central, ponto de encontro do grupo e uma referência social, religiosa e cultural frente àqueles que procuravam controlar a igreja através do vigário ou das autoridades estatais. Portanto, tais irmandades enfrentavam estes entraves.

No caso da Irmandade do Rosário da capital (Fortaleza), as autoridades eclesiástica e secular exerceram pressão para que fossem abolidos os cargos de rei e rainha dos estatutos. Porém, esta situação gerou uma modificação na atribuição do cargo de juiz, a partir daquele momento: as deliberações da Mesa ficariam concentradas no cargo de juiz, ocupado por um homem negro.

Conforme Borges (2005) sugere, a aceitação da exclusão dos cargos de rei e rainha dos estatutos da irmandade indica uma estratégia política dos autores do estatuto para conseguir autorização das autoridades, dando continuidade a esta prática em outro momento de suas festividades, como ocorreu em Fortaleza, pois, segundo Marques (2009), mesmo depois que a coroação de rei e rainha foi suprimida do estatuto (1870), a corte negra continuou marcando presença por ocasião da festa de Nossa Senhora do Rosário, no dia de Reis e outras datas por estes escolhidas.

No entanto, Marques (2009) afirma que o fim da festa de coroação dos reis negros na confraria possibilitou o aparecimento de outros aspectos das manifestações culturais negras, como as representações cênicas de antigos eventos ocorridos na África como as guerras congo-angolesas, que, posteriormente, viriam a ser chamadas de apresentações de congos, como também favoreceu

desdobramentos desse costume em desfiles, autos⁹ guerreiros, autos de natividade, aos quais foram incorporados cantos, danças. Os maracatus, exemplo de procissões, ressignificaram a trama da coroação de reis negros dentro da irmandade, acrescentando ao cortejo novas coreografias, estandartes, músicas e a calunga, que tem como uma de suas dimensões a representação da morte, entendida como transição, diferentemente da tradição cristã, que é a espera da ressurreição, se constituindo desta forma em outro elemento sagrado.

É imprescindível destacar que todos os compromissos ou estatutos das várias irmandades existentes no Brasil eram unânimes em prestar assistência quando da morte de algum confrade. Os demais membros eram obrigados a acompanhar o cortejo que seguia para o sepultamento. Havia neste sentido todo um ritual a ser seguido, desde o tocar do sino da igreja anunciando a morte de algum confrade, funcionando como linguagem — pois, dependendo do toque, ficar-se-ia sabendo se o morto era adulto, criança, homem ou mulher. Era a forma mais rápida e eficiente de comunicação para toda a comunidade local.

Borges (2005) nos informa que geralmente os cortejos fúnebres aconteciam durante à noite, quando todos estavam liberados dos trabalhos. A distribuição das sepulturas obedecia a hierarquia da composição da Mesa caso a irmandade possuísse cemitério próprio; quando não, estes eram sepultados dentro da igreja da referida irmandade, dando-lhes a sensação de estarem sendo constantemente lembrados, assegurando, ainda, a proximidade com o mundo dos vivos. O número de missas a ser celebrado pelos irmãos falecidos dependia de este estar em dia com as contribuições anuais e também com o cargo que ocupava na irmandade. No caso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de Fortaleza constam em seus estatutos a seguinte determinação: “pelos irmãos falecidos que tiverem pago as joias e anuais se mandará dizer uma missa de corpo presente, e mais seis logo depois” (Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da capital, lei nº 209 de 1º de setembro de 1840, art. 15).

No imaginário cristão daquele período, o momento pós-morte seria crucial para o destino da alma do falecido, podendo a ajuda dos vivos influenciar na sua

⁹ Em geral é uma terminologia adotada para se referir a uma forma teatral de enredo popular, com danças, cantos e determinadas representações, no caso eventos ocorridos na África durante os séculos XVI e XVII (MARQUES, 2009, p. 125).

salvação. Assim, as confrarias e seus membros seguiam uma série de preceitos piedosos. Borges (2005) nos informa, através de Le Goff, que entre os séculos XII e XIII foi acrescentado um terceiro lugar no espaço que constituía o além. Estamos falando do purgatório, constituindo o tripé do imaginário cristão com relação à morte. O purgatório seria então a possibilidade de o crente falecido, depois de purgados os pecados, vir a ser aceito no céu. Este ideal cristão deu à igreja medieval uma fonte de lucros, com a cobrança de indulgências e arrecadação de recursos com a finalidade de livrar a alma do padecente.

No caso dos povos africanos vindos para o Brasil, seguramente os bantos, segundo Borges (2005), há a crença que os mortos, tais como os vivos, têm existência própria. Entre os angolenses, os rituais fúnebres continham danças, choro, comida, bebida e jogos. As danças eram variadas em conformidade com a circunstância da morte ou condição social do falecido. Em algumas regiões do Sudão, estes sepultavam seus mortos no interior de suas casas. A casa passava a ser um lugar de convívio entre vivos e mortos, pois, para os bantos, os espíritos ancestrais convivem com os vivos, influenciando comportamentos e responsabilizando-se por acontecimentos relacionados a doenças, infortúnios e outros males.

Era através de rituais que os diversos grupos acreditavam poder estabelecer vias a serem seguidos pelos mortos. Em algumas culturas africanas, bem como na portuguesa, o falecido era cercado de cuidados preparatórios para o além. Estes cuidados incluíam limpeza do corpo, corte de cabelo, barba e a cerimônia de despedida propriamente dita, pois, para a cultura africana, a morte implica o encontro com os ancestrais.

Desta forma, diante do exposto acima, podemos inferir que, mesmo de maneiras diferenciadas, para as diversas tradições, o momento da morte tinha uma relevância especial. Para Borges (2005), os africanos que ingressaram nas irmandades assumiram os rituais fúnebres católicos ressignificando-os a partir de suas matrizes culturais de origem, adaptando-os às suas crenças numa nova situação, imprimindo assim novos conteúdos significativos no imaginário escatológico de origem.

Assim como nos momentos fúnebres existia a música, vale destacar o momento da festa em homenagem à Nossa Senhora do Rosário e santos e que fora introduzida no Brasil no século XVII pelos jesuítas. Para Borges (2005), a festa do

Rosário era um acontecimento que se incluía vários eventos, como missas, procissões, cerimônia de posse do rei e rainha, banquete e representações dramáticas.

Ainda para Marques (2009), a festa não era somente uma homenagem ao orago, mas uma relação de troca, onde os negros assumiam uma posição central na sociedade, ao mesmo tempo desenvolvendo suas próprias práticas culturais. Dessa forma, não havia como separar o sagrado do profano, fato que, em função do controle político, econômico e religioso, a festa alterou-se em alguns lugares, permanecendo somente a estrutura do ritual.

As festas em que os negros em Fortaleza nas últimas décadas do século XIX participaram ocorreram, segundo Marques (2009), em meio a transformações políticas, sociais e urbanas, cujos agentes consideravam os costumes dos negros fontes de desordem. Porém, em meio a esse contexto de tensões, as festas constituíam espaços de resistência da cultura negra num constante recriar. As festas de coroação do rei e rainha da irmandade do Rosário, os sambas, os maracatus eram festas e espaços de sociabilidade, envolvendo pessoas de todas as classes e sendo também instrumentos de apropriação de espaços na cidade de Fortaleza, como praças, ruas, terrenos, igreja do Rosário por aqueles que praticavam a cultura negra na cidade.

O crescimento urbano da capital e o preconceito afastaram as práticas culturais negras para a periferia da cidade, fato ocorrido com os congos, onde, no início do século XX, se apresentava na Praça dos Coelhoos. Para lá iam os negros, trabalhadores diversos e sujeitos de outras classes sociais. Esta rua, alguns anos depois, foi denominada Domingos Olímpio, onde atualmente os Maracatus se apresentam anualmente no período do carnaval. Assim, uma festa de negros conquista seu território.

A partir do que foi exposto, podemos inferir que a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos de Fortaleza não foi apenas um espaço de acomodação dos negros, pois, ao cultuar Nossa Senhora, abria-se a porta da igreja para personagens, que, entre os negros, simbolizavam uma manifestação de seus ancestrais africanos.

Por esta época, final do século XIX e início do século XX, a Igreja empreendia no Brasil o processo de romanização, que pretendia reformar as práticas religiosas católicas tomando como modelo as diretrizes de Roma ou Santa

Sé; reivindicavam também autonomia do poder espiritual frente às autoridades seculares e poder leigo exercido nas confrarias. Marques (2009) assevera que nesse contexto as práticas das irmandades como a coroação de rei e rainha eram vistas como desvios e classificadas como fanatismo e superstição, daí como consequência a retirada dos cargos de rei e rainha da irmandade do Rosário do seu estatuto no ano de 1870.

Outro aspecto da romanização foi o apoio dado a novas formas de devoções e associações religiosas. Matos (2010) nos informa que no fim do Império, é criada no Rio de Janeiro (1872) a primeira Conferência da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP). Os vicentinos como são chamados, representam uma novidade em relação às irmandades por estarem totalmente voltados para os pobres; procuram colocar a caridade em ação com serviços dirigidos aos desvalidos da sociedade atuando em diversas áreas sociais. No Ceará, segundo Sucupira (1973), foram implantadas conferências vicentinas nas seguintes cidades: Aracati (1879), Russas (1880), Icó (1880), Crato (1882), Baturité (1883) e Fortaleza (1879). Estas associações se multiplicaram por todo o estado e, ao encerrar o século XIX, já se contavam com 108, havendo cidades como Fortaleza e Aracati que possuíam mais de uma dessa associação. Eram compostas por pessoas da elite local, como o Dr. Guilherme Studart, conhecido por Barão de Studart posteriormente, por ter sido agraciado pela Santa Sé com o título de Barão em reconhecimento à sua dedicação e exercício de presidente do Conselho Central Metropolitano desde 1889.

Marques (2009) afirma que esses fatores acima citados, mais o fato da presença de duas instituições assistencialistas estarem convivendo no mesmo espaço social, sendo uma apoiada pela Igreja oficial e a outra sendo vítima de constantes perseguições, chegando ao ponto dos confrades serem proibidos de arrecadar donativos como era prescrito em seus estatutos e seu patrimônio (prédios e terrenos sendo fonte de renda por meio de aluguel) ter sido lesado, contribuíram para a diminuição do número de confrades na Irmandade e o envolvimento da confraria em contendas a fim de conservar tais bens. Assim, a partir de então, esta nova realidade instalada na sociedade de Fortaleza afetou o catolicismo praticado por africanos e seus descendentes, contribuindo para o enfraquecimento da Irmandade de Nossa Senhora dos Homens Pretos de Fortaleza, que deixou de ser ativa no início do século XX, voltando a funcionar novamente na segunda década do século XXI.

4. A REVITALIZAÇÃO DA IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, ANTIGA IRMANDADE DOS HOMENS PRETOS DE FORTALEZA

Foi noticiada, através de edição impressa do jornal O POVO do dia 6 de outubro de 2012, a notícia de que a Irmandade do Rosário de Fortaleza voltava a funcionar após mais de século de inatividade. Para saber mais sobre este processo, entrei em contato com o presidente da Irmandade, que aqui chamaremos de Sr. Damasceno, preservando sua identidade, como foi dito anteriormente. O encontro se deu uma semana depois do contato por telefone. O local deste primeiro contato foi a Igreja do Rosário. Ao chegar no local no dia e hora estabelecidos, nos apresentamos, falei-lhe da pesquisa e iniciamos uma conversa preliminar sobre a revitalização da irmandade do Rosário de Fortaleza.

O então presidente da irmandade, o Sr. Damasceno, é um jovem de aproximadamente 35 anos de idade, católico e se que autoafirma negro por ancestralidade. Também é membro ativo e presidente do Maracatu Rei do Congo desde 2009. A ideia de revitalizar a irmandade surgiu no próprio grupo de Maracatu em que participa. A legalização da reativação aconteceu após vários acordos e impasses com o reitor da igreja, o Padre Clairton Alexandrino, que autorizou em 2010 a reestruturação da irmandade de Nossa Senhora do Rosário, antiga Irmandade dos Homens Pretos da cidade de Fortaleza.

A irmandade conta hoje, segundo o Sr. Damasceno, com poucos membros, se comparado àquela do período colonial. A irmandade acolhe pessoas de pertencimento étnico distinto, pois está aberta a diversidade do povo cearense. Preservou-se a tradição de eleger e coroar um rei e uma rainha. Este procedimento é feito através de votação e/ou por merecimento, como nos explica o Sr. Damasceno: “são coroados rei e rainha aquele (a) que mais adquiriu benefícios para a irmandade, que esteja engajado em trabalho visando a promoção da cultura negra no Ceará, esteja engajado na Pastoral Afro e no Maracatu, são portanto estes os critérios para se fazer rei e rainha da irmandade do Rosário atualmente”.

Quanto ao estatuto, não foi feito nenhum novo regimento. Procuram-se seguir ou adaptar alguns preceitos dos antigos estatutos ao contexto histórico, eclesial e social local. A sustentabilidade financeira advém de doações espontâneas

dos membros ou outras pessoas que não pertencem à irmandade. Não há cobrança de taxa para ingressar na instituição. O dinheiro arrecadado é usado para a manutenção e conservação da igreja, organização e preparativos das festas litúrgicas promovidas pela referida irmandade.

Fomos informados pelo presidente da instituição que a irmandade possui um *blog* onde o calendário de suas atividades está disposto. Essa ação sugere que os membros da irmandade se esforçam para mantê-la atualizada frente às novas tecnologias e formas de comunicação, pois, se antes eram utilizados sinos e a imprensa escrita local, atualmente são utilizados meios mais abrangentes de comunicação. Ao acessar o *blog* da irmandade no período da entrevista, observamos que a página inicial apresenta a imagem do cristo crucificado, que é a mesma do altar-mor da Igreja do Rosário. Continuando a exploração do *blog*, encontramos uma pequena história da origem da igreja, destacando a importância da mesma para a historiografia local, como também a apresentação em outro *link*, da hagiografia dos seguintes santos e santas: Santo Antônio de Categeró, Santo Elesbão, São Jorge, São Benedito, Santa Ifigênia, Santa Sarah — estes santos e santas eram muito cultuados pelos pretos em várias localidades do Brasil. Complementando esta sequência, segue um pequeno resumo da devoção Mariana, descrevendo a primeira festa celebrada na capital em honra a Nossa Senhora do Rosário, no dia 27 de Dezembro de 1747. O *blog* é atualizado conforme a realização das atividades da irmandade.

Dentre as atividades promovidas pela irmandade, pude presenciar no dia 20 de setembro de 2013 alguns momentos da programação dedicada à Santa Ifigênia, que também é reverenciada pela população afrodescendente em outros estados do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro. A programação contou com celebrações eucarísticas, recitação do terço e adoração ao Santíssimo Sacramento organizada por membros da irmandade. No início de cada um desses momentos, foi informado às pessoas ali presentes (Igreja do Rosário) o motivo da celebração, bem como um resumo da história da igreja e também do orago reverenciado, no caso Santa Ifigênia, pouco conhecida da população cearense.

Observamos o cuidado na preparação dos ritos e a limpeza do local. No altar, toalha branca, cor litúrgica que simboliza pureza e alegria, usada também nos paramentos dos tempos litúrgicos do Natal, Páscoa, festas de Santos ou Santas, Batismo e Matrimônio. Percebi que não há na igreja nenhuma imagem de Santa

Ifigênia, somente um *banner* com a gravura da santa. Os confrades não estavam, como no passado, com suas opas, vestimenta específica dos confrades da irmandade, e sim com camisas contendo a gravura da Santa, inclusive os funcionários da igreja.

As celebrações eucarísticas foram presididas pelo pároco da igreja, o Padre Luís Alberto, que, além de presidir as celebrações, prestou assistência no sacramento da confissão. Nesse dia, participei da missa de encerramento. Tudo foi preparado para aquele dia específico: as leituras bíblicas, na qual o sacerdote no momento da homília (sermão) lembrou a participação das mulheres na vida pública de Jesus, enfatizando ainda o protagonismo das mulheres na história da Igreja e sociedade, acrescentando a história de Santa Ifigênia, da qual afirmou saber pouca coisa. Fez ainda referência ao papel da irmandade do Rosário por aquela ocasião, como também a sua relação e importância para com a história dos negros da cidade de Fortaleza. Porém, ainda ressoando em sua fala, lembrou o discurso da presença insignificativa do negro na formação da sociedade cearense. A celebração foi finalizada com o hino de Nossa Senhora do Rosário.

Aproveitando o momento, o Sr. Damasceno nos informou das dificuldades enfrentadas pelos membros da instituição para mantê-la ativa e operante. Uma das dificuldades preocupantes é o pouco envolvimento dos membros da irmandade na ocasião da organização e preparativos das atividades que a mesma promove. A instituição, até aquele momento, contava com 80 membros, mas somente uma dezena aproximadamente se engajava nas atividades. Outra dificuldade frequente relatada é a falta de verbas provenientes da Secretária de Cultura do Estado do Ceará (Secult) em prol da irmandade, que deveria ser destinada para a conservação e segurança do templo, pois o local em que a igreja está situada também compreende uma praça que é conhecida popularmente como Praça dos Leões, sendo o nome oficial Praça General Tibúrcio. Neste espaço há concentração de grande número de pessoas em situação de rua, que fazem suas necessidades fisiológicas nos espaços da praça, vendedores ambulantes, pedintes na porta do templo, grupos de evangélicos que constantemente estão fazendo suas pregações; verifica-se também constantes atos de violência, sendo o mais praticado o roubo aos transeuntes e frequentadores da igreja. Por este motivo, a igreja não é aberta aos fins de semana e o horário de funcionamento é das 8 horas às 17 horas, de segunda

à sexta-feira. Somente em casos extraordinários e com a autorização do reitor, o Padre Clairton Alexandrino, é que a igreja é aberta em outro horário.

A atividade que acontece com frequência e dirigida por membros da irmandade é a recitação do terço, todas as quartas-feiras à tarde, na igreja do Rosário. Deste momento participam não só os membros da irmandade, mas toda a comunidade presente é convidada a participar.

Em outro momento em que foi possível, presenciamos a celebração da missa com a coroação do rei e rainha da irmandade. O evento aconteceu por ocasião do dia de Reis, no dia 6 de janeiro de 2014. A celebração contou com a presença de vários convidados e convidadas e foi presidida pelo patrono da irmandade, o Padre Clairton Alexandrino. Foram coroados o Sr. Ivaldo Paixão, coordenador estadual de Políticas Públicas para a Promoção da Igualdade Racial no Estado do Ceará e a Sra. Cristina Holanda, na época diretora do Museu do Ceará. Constatamos, assim, a seriedade e o empenho que o grupo dispensa para manter as tradições, mesmo que adaptadas à realidade atual.

Até o presente momento, o *blog* dispõe de informações da última atividade que foi realizada, a Procissão do Fogaréu, já na 4ª edição. É um momento penitencial que antecede na Quinta-Feira Santa e geralmente ocorre no período noturno. Contou com a participação de integrantes de um grupo de capoeira, do Maracatu Rei do Congo, membros da irmandade e fiéis frequentadores da igreja que acompanharam em procissão os homens e mulheres vestidos com túnicas e capuz de cor escura, chamados farricocos. É uma tradição de origem medieval e chegou ao Brasil no século XVIII. A procissão revive a perseguição de Jesus Cristo antes ser julgado e crucificado. O cortejo percorreu ruas do centro comercial de Fortaleza ao som de tambores, saindo da Igreja do Rosário, onde se iniciou o rito, seguindo para a Igreja do Patrocínio, Catedral Metropolitana e encerrando o momento na Igreja do Rosário. Em cada uma destas igrejas, foi narrada uma cena do Evangelho lembrando a última ceia, a traição de Judas e o momento em que Jesus é preso.

Percebemos que as pessoas que voltavam para casa após o trabalho, ao verem o cortejo, paravam, admiradas. Algumas perguntavam o que significava o que estavam vendo, outras só paravam para admirar e havia, ainda, aqueles que perguntavam se era algum movimento reivindicatório. O presidente da irmandade, o Sr. Damasceno, classificou aquele momento como resgate de tradição cristã, que a irmandade do Rosário de Fortaleza vem se empenhando para manter viva.

4 1 Entrevistas e categorias

4.1.1 A religiosidade na irmandade do Rosário e traços de uma cultura tradicional

Mediante os objetivos deste trabalho e da metodologia apresentada, pensamos ser oportuno apresentar algumas inferências partindo da fala dos entrevistados e sua relação com temas ou categorias surgidas por ocasião da conversa. Assim, quando detectamos nas falas dos entrevistados a relação da irmandade com temas como religiosidade, tradição e patrimônio decidimos nos ater nestes pontos, denominando-os categorias a serem analisadas, pressupondo-nos o alcance ou não dos objetivos apresentados para este trabalho.

As entrevistas foram realizadas com três dos membros da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Fortaleza em sua atual configuração. Utilizamos nomes reais por decisão destes não se oporem em ocultar suas identidades. São eles o Sr. Damasceno, 35 anos de idade, presidente da Irmandade do Rosário de Fortaleza; Maria de Fátima Alencar, 52 anos de idade, membro da Irmandade do Rosário; e Cantídio Brasil, 64 anos de idade, membro da Irmandade.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Fortaleza está em processo de revitalização e nos propomos a saber dos encaminhamentos e práticas realizadas por essa entidade neste período em que as memórias patrimoniais do povo negro é reivindicada pelos movimentos sociais negros em todo o país. De início, buscamos saber do presidente da instituição sobre a Irmandade e acolhimento da religiosidade atualmente, ao que nos respondeu:

A Irmandade hoje é uma Irmandade Católica Leiga, como antigamente que faz as suas coroações, que hoje é aberta e não coloca restrição de raça, nem de classe social. É obvio que a pessoa entrando na Irmandade tem que professar a fé católica. Isso não quer dizer que nós tenhamos preconceito também. Qualquer um pode assistir as nossas coroações, nossos atos, porque é obvio: ninguém pode barrar ninguém. Porque algo que foi toda vida vítima de preconceito, nós não podemos agir de forma preconceituosa (DAMASCENO, 23/09/2014).

Nesta fala percebemos que se busca manter tradições atreladas à prática religiosa e enfrentamento aos preconceitos e racismo através da resistência cultural. A entrada de novos membros veio fortalecer os objetivos de reestruturação deste segmento patrimonial da história e cultura africana e afrobrasileira. Por exemplo, a agregação da Senhora Maria de Fátima, residente em Fortaleza, que achegou-se à Irmandade Nossa Senhora do Rosário através das relações com os membros da instituição cultural Maracatu Rei do Congo. A identificação com a Irmandade foi notória, como se a mesma se sentisse parte integrante do processo. A história da Irmandade foi passada por um dos fraternos, o presidente, Sr. Damasceno. Ela é católica do tipo praticante e sentiu-se bem ao se integrar a este novo grupo ligado à história da religiosidade do povo negro de base católica e cristã.

Tinha deixado meu trabalho como Ministra de Eucaristia na minha paróquia geográfica e canônica e agora assumindo esse compromisso com a irmandade, que é minha Paróquia Canônica como se costuma dizer no meio religioso cristão católico: Eu uni o útil ao agradável. Eu vi que eu tinha um lado espiritual dentro da irmandade, cuja madrinha é Nossa Senhora do Rosário, sempre fui devota de Nossa senhora. Conhecendo essa história do negro com Nossa Senhora, isso me fascinou e do outro lado o Maracatu que é uma agremiação e eu vejo como laser (MARIA DE FÁTIMA, 26/09/2014).

Prosseguindo com as escutas, a entrevistada recorda como se deu a sua inserção na Irmandade do Rosário e a contribuição que adquiriu para a prática de suas ações religiosas:

E a nossa Irmandade tem propósitos segundo o Sr. Damasceno, nosso presidente. Uma delas eu achei muito interessante é ele trazer ao conhecimento da população que frequenta a Igreja do Rosário, os nomes de santos e santas negros e negras que não são conhecidos/as. Conhecidos apenas como São Benedito e um segundo, Santo Antônio do Catégerol. Damasceno trás o nome de outros santos/as negros/as e conta a história de alguns, algumas deles/las, como foi o caso da Beata Bakita. Eu já tinha o conhecimento da biografia. Então pra mim, tá na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário é algo que me realiza, me deixa assim: bem consciente do meu papel como cristã, como pessoa que nasceu pra servir. Como se diz “quem nasceu pra não servir não serve pra viver” (MARIA DE FÁTIMA, 26/09/2014).

No trecho acima, percebemos não só o interesse da interlocutora em conhecer os nomes dos santos e santas negros/as, como também compartilhar essa informação com o público frequentador da Igreja de Nossa Senhora do Rosário. É neste momento que os membros da Irmandade interagem entre si e com outros fiéis

nas ações devocionais e de festa. Observamos ainda, que às quartas-feiras à tarde, se reúnem os sócios da Irmandade para recitar o terço em honra a Senhora do Rosário e intercalam com um breve resumo da história da igreja, da irmandade, e da origem do terço fazendo-se assim conhecerem pelo público ali presente.

Há o momento devocional que é intencional, pois se reúnem em grupo e em local específico em que podem compartilhar suas experiências preservando desta forma a trajetória do antigo grupo que ali se reunia para os festejos litúrgicos e atos devocionais, como verificamos no Estatuto da Irmandade do ano de 1840 no artigo XVI das Diferentes Disposições. onde se lê:

Será infalível em querendo o paroco o terço de Nossa Senhora do Rosário em todas as primeiras Domingas de cada mês, para que o procurador nesse dia de manhã avisará a todos os irmãos; assim como todos os Sábados à noite, o Ofício de Nossa Senhora para o que também serão chamados os irmãos (Leis Provinciais : Estado e Cidadania 1835-1846 – Tomo I).

Da mesma forma que a Sra. Maria de Fátima, observamos no Sr. Damasceno, atual presidente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, a preocupação em manter o espaço, ou seja, o templo (Igreja do Rosário) sempre em movimento com pessoas que não venham tão somente para cuidar da espiritualidade, mas também conhecer a história do negro na cidade Fortaleza. Para isso, a diretoria da Irmandade está trabalhando em:

Seminários e cursos para falar sobre a Irmandade para falar sobre a Irmandade do Rosário, sobre o Maracatu de Fortaleza. A história de Fortaleza passa por aqui, não só do negro como dos brancos também. Aqui nós tentamos preservar no máximo a tradição (DAMASCENO, 23/09/2014).

Atualmente, a irmandade do Rosário de Fortaleza é aberta para aqueles que de alguma forma se engajem na cultura afro, ou seja, culturalmente, como no caso do Maracatu, ou trabalhem para preservar a cultura afrobrasileira entre outros meios, como destaca o presidente da Irmandade:

É aberta, pois você pode ser ruiva, dinamarquesa. Se você se engajar no Maracatu, ou correr atrás de Políticas Públicas para a maioria da população negra de Fortaleza, seja lá como for (DAMASCENO, 23/09/2014).

Dentre as atividades desenvolvidas pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário na atualidade têm-se educação patrimonial, convívio social e engajamento cultural. No entanto, prevalece a educação pelo exercício da cultura e religiosidade. O sentimento de religiosidade é recorrente entre os membros da Irmandade, sentimento este que se tornou explícito durante os momentos de coleta de dados na entrevista. Com isto, torna-se perceptível que não só as ações sociais façam parte das incursões da Irmandade. Alguns dos sócios/membros trazem em suas experiências conhecimentos sobre a religiosidade popular e institucionalizada. As falas a seguir confirmam estas impressões:

Eu fui criado na Igreja Católica. Eu fui coroinha. Todo dia assistia a missa às seis da manhã. Antes da Irmandade, nós rezávamos o terço aqui toda quarta-feira (BRASIL, 2014).

Vi que eu tinha um lado espiritual dentro da Irmandade, cuja madrinha é Nossa Senhora. Sempre fui devota de Nossa Senhora (MARIA DE FÁTIMA, 2014).

Nestas falas se refletem as características de um catolicismo constituído de elementos das culturas que compõem a sociedade brasileira, pois, conforme Teixeira (2005, p. 17), não há como homogeneizar o catolicismo brasileiro. Podemos até falar em “catolicismos”, classificados por ele da seguinte forma: “Catolicismo Santorial, Catolicismo Erudito ou Oficial, Catolicismo dos reafiliados, ou seja, composto por indivíduos marcados por um intenso regime religioso como as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e a RCC (Renovação Carismática Católica) e o Catolicismo Midiático”.

No caso de nossos/as interlocutores/as, identificamos a prática e sentimento relativo ao Catolicismo SANTORIAL, que é uma das formas mais tradicionais do catolicismo brasileiro, que se realiza desde o Período Colonial, cuja característica central é o culto aos/as santos/as, fortemente praticado por cristãos leigos (aqueles que não são consagrados para o exercício clerical). Esse foi o tipo de catolicismo predominante nas irmandades, capelas e oratórios do Brasil-Colônia, e que resiste, sobretudo, no Nordeste brasileiro.

Ao tentarmos saber do Sr. Damasceno sobre em quais dos tipos de catolicismo a Irmandade do Rosário de Fortaleza se identifica, o mesmo respondeu que:

É o Catolicismo Popular Brasileiro, com as corações, com toda a coisa transcendental, cultural social que é tão nosso. Aquele Catolicismo Apostólico é muito interessante, mas é uma visão europeia. Nós temos o nosso catolicismo alegre. É o Catolicismo Nacional, é uma coisa mais voltada para nossa floresta, pera nossa pele (DAMASCENO, 23/09/2014).

Percebemos que entre os membros da Irmandade do Rosário não há dúvida quanto à identificação e forma de vivenciar a sua prática religiosa, seja para preservar as tradições da Antiga Irmandade de Nossa senhora do Rosário dos Homens Pretos de Fortaleza ou como simplesmente para manter-se fiel à formação religiosa individual e coletiva em detrimento da tradição.

4.1.2 A tradição religiosa e a transmissão da história da cultura africana e afrobrasileira

Em se tratando de tradição, segundo Teixeira (2005, p.18), o catolicismo intitulado Santorial (exercido pelos cristãos leigos) gozava de certa autonomia para suas práticas e a dinâmica criativa se refaz continuamente. Porém, verificamos que no caso das confrarias e irmandades existentes nos séculos XVIII e XIX, estas, como associações, passavam pelo crivo do poder eclesial local para ser legalizada. Séculos depois, com o Código de Direito Canônico, o mesmo preceito é mantido de acordo com nossa verificação no Título V (Das associações do fiéis), Capítulo I, Cânone 299, Parágrafo 3:

Nenhuma associação privada de fiéis é reconhecida na igreja, a não ser que seus estatutos sejam revisados pela autoridade competente (CÓDIGO DE DIREITO CANÔNICO, p. 102).

A Igreja institucional ainda mantém seu poder e autoridade sobre este tipo de associação, independentemente de sua composição, ou seja, com membros homens ou mulheres negros/as, as normas são gerais. Atualmente, o Dirigente Magno da Igreja Católica, o Papa Francisco, está inserindo um novo discurso com propostas positivas com relação ao protagonismo dos leigos; com isso, pode ser que nos próximos decênios tenhamos novidades com relação à postura hierárquica desta instituição no que se relacione a este caso em particular.

Enquanto isso não ocorre, o presidente da Irmandade Nossa Senhora do Rosário de Fortaleza, Sr. Damasceno, nos remete ao retorno das atividades desta instituição, nos dizendo que:

O retorno da Irmandade: Não teria porque voltar se não fosse pela tradição, pelo resgate da tradição, mas não a totalidade em si da tradição, mas aquela Igreja Antiga com Cânticos gregorianos, com "TE DEUM", (A Ti Deus - No início do Cântico) [grifo nosso], com missa em latim, com aquelas procissões de duas filas, com as matracas, com o Senhor Morto. São coisas muito bonitas que nós perdemos (DAMASCENO, 23/09/2014).

A temática da tradição foi bastante evidenciada nas conversas com os entrevistados, pois, vez ou outra, retornavam a este assunto, inclusive à forma como a sociedade participava das atividades promovidas pela Irmandade e como esta auxiliava seus confrades outrora, como nos lembra o Sr. Damasceno:

Agora, por outro lado tem a questão social: o que a Irmandade sempre se preocupou, porque os negros só tinham a Irmandade para recorrer até na hora da morte, porque a Irmandade, ela ia desde auxílio funeral até auxílio social, né, em amparar a viúva, amparo aos órfãos quando morria um confrade. Então, as festas: Porque quando se fazia as festas chegavam para fazer aluá, o vatapá, as comidas pra serem degustadas, feitura das roupas, as mulheres rainhas, as açafatas. As princesas ao se arrumarem, tudo isso sociabilizava e não era porque eram os negros que estavam à frente da Festa da Irmandade, não, por isso que as festas da Irmandade não chamavam atenção da população fortalezense (DAMASCENO, 23/09/2014).

Porém, sobre a questão relacionada à tradição, Maciel (2005) nos alerta que o uso deste termo requer cuidado por estar relacionado ao passado e ao presente e, em muitos casos, a tradição é considerada como uma sobrevivência do passado ou até mesmo resíduo do passado. Portanto, quando os membros da irmandade se referem à volta da Irmandade como algo tradicional é preciso que observemos que sentido tem para eles/as que estão envolvidos com a instituição.

Alertamos, também, que o referido termo vem acompanhado da cultura, que tem natureza dinâmica e está em constante movimento, transformando-se. Para Maciel (2005), os indivíduos portadores de uma cultura tradicionalista estão sempre recriando a cultura e seus elementos, reproduzindo-os em meios coletivos, comunitários e familiares.

Com isso, vimos, através da voz do Sr. Damasceno, atual presidente da Irmandade, que, em tempos de outrora, a cultura tradicional proveniente das festas

alusivas à Nossa senhora do Rosário dos Homens Pretos atraía significativamente a população branca, que, compondo uma sociedade preconceituosa, bebia nas fontes da história e cultura afrobrasileira.

Então, tem textos que mencionam o que ocorria à Igreja do Rosário, em alguns anos, em algumas festas uma grande multidão de brancos, porque tinha sua pompa e os batuques, e a música, numa cidade que não tinha nada, que era culturalmente morta, era um evento além de religioso, que aqui sempre foi muito religioso. Era um evento diferente, uma coisa nova, era uma coisa que estava vindo de fora que mesmo as pessoas com preconceito, vinham olhar. Então essa parte social, essa parte cultural, ela tem um peso muito forte, porque a própria coroação é cultural e é social (DAMASCENO, 23/09/2014).

Inferimos, assim, que, para os membros da irmandade, a tradição pode adquirir significado atualizado se há a noção de como se utilizar a tradição. Essa utilização da memória tradicional, no entanto, pode ocorrer, segundo Damasceno, pela “re-união” entre sócios e membros revitalizados.

Os irmãos: Não tem porque fazer uma irmandade, você sendo confrade, você não participar dos atos litúrgicos, porque você reencontra os amigos, você conversa, você coloca a parte espiritual e social tudo em dia. Você descarrega, porque a Igreja do Rosário, você vem pra energizar também (DAMASCENO, 23/09/2014).

Há nesta fala e em outras dos entrevistados um esforço para a reconstrução da tradição através da memória social, tendo por suporte o patrimônio material da Igreja do Rosário de Fortaleza e sua relação com a antiga Irmandade dos Homens Pretos. É a memória que evidencia a participação direta do povo negro na conjuntura social, política e cultural da cidade de Fortaleza nos séculos XVIII-XIX e a Irmandade do Rosário. Essa questão não é tratada com saudosismos, mas como reivindicação de preservação do templo, da Irmandade do Rosário e da história do povo negro em Fortaleza. Evidenciamos este contexto na fala de Maria de Fátima:

E a história da Irmandade tem me mostrado que através da história do negro a utilidade que o ser humano tem. Como negro deu sua contribuição para a existência da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e outras instituições e outras realidades que o negro viveu. Assim, hoje também a nossa Irmandade, também tem esse mesmo propósito e eu me sinto realizada, me sinto grata por estar nesta instituição conhecendo mais e mais a fundo, a história do negro na nossa sociedade e no mundo, porque ser cristão só de localidade não, vai mais além e o que eu posso dizer mais? Agradecer a Virgem Maria por ter me colocado diante do Damasceno e

participar hoje da Irmandade que acredito que vai manter o foco do passado com perspectivas no futuro (MARIA DE FÁTIMA, 26/09/2014).

Essa busca de um futuro em que as contribuições africanas e afrobrasileiras na construção de uma sociedade participativa sejam reconhecidas é que os participantes da Irmandade se inspiram também em outras cidades do país em que a presença negra compôs um forte enraizamento da história e da cultura, deixando legados de uma tradição e de um patrimônio material e imaterial riquíssimo no Nordeste e Sudeste. Com isto, Damasceno sabe das dificuldades que ainda percorrerão para o resgate de pertencimento afro da Igreja do Rosário.

Ainda é um caminho muito longo para o espaço (Igreja do Rosário) voltar a pertencer a coisa afro mesmo, como é de todo o direito, como é em Salvador (BA) e em algumas cidades de Minas Gerais. Tem gente que não sabe o nome desta igreja, nem que é a mais antiga (DAMASCENO,23/09/2014).

A Igreja do Rosário e a Irmandade do Rosário em Fortaleza resistem às intempéries do tempo, do espaço e das exigências eclesiásticas para se manterem em uma sociedade em evolução tecnológica, em que o catolicismo midiático mais aflora sobretudo com a criação de novas redes de televisão voltadas para a evangelização, atingindo um grande público por meio de comunicação de massa. Contudo, as tradições se fazem necessárias para manutenção das memórias estruturais de histórias contidas e contadas para a preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

4.1.3 Patrimônio material e imaterial constituído na Igreja e Irmandade do Rosário em Fortaleza, Ceará

As áreas urbanas, bem como os edifícios de valor patrimonial, podem ser tomadas como suportes de construção de uma memória social, servindo de ajuda que reativa e reaviva os traços da memória coletiva. Para Messentier (2004), a memória social é construída no percurso de várias gerações de indivíduos inseridos numa determinada conjuntura e estrutura social. Esta construção implica uma referência ao que não foi apresentado, como é o caso da atual formação da Irmandade do Rosário de Fortaleza.

O dirigente da Irmandade, Sr. Damasceno, sendo ainda bem jovem e um dos herdeiros dessa tradição na atual conjuntura, em uma das respostas à nossa entrevista ressaltou o quanto é complexa a manutenção estrutural da Igreja do Rosário.

A manutenção da Igreja é muito pesada, nós temos pouca ajuda dos órgãos públicos e privados. Nós temos que preservar. Na época da reforma tinha árvore crescendo dentro da igreja, perdemos muitos objetos arqueológicos. Uma igreja dessa em pleno centro da cidade nem policiamento tem. A gente já pediu muitas vezes uma guarita com policiais 24 horas. Não tem segurança (DAMASCENO, 23/09/2014).

Portanto, vale também enfatizar, segundo Messentier (2004), que a construção da memória e também do esquecimento são objetos disputados pelos atores políticos, sendo essa disputa dada pela seleção dos suportes que serão preservados e, no caso do patrimônio, a seleção não acontece somente no tombamento e sim na restauração e gestão dos bens. O processo da construção da memória social é um dos elementos que contribui para que uma sociedade tenha êxito na resolução dos problemas com que se depara.

Com a tentativa de preservar esta memória social e a preservação dos espaços é que Damasceno se sente realizado em ser integrante deste grupo que forma a Irmandade do Rosário e o patrimônio imaterial da força de trabalho, da religiosidade e da cultura de origem africana e afrobrasileira. A reestrutura do patrimônio cultural do prédio tem por objetivo, também, homenagear o Padre Joatan, antigo paróco e já falecido, que viveu seu trabalho de pastor praticamente para o serviço a esta igreja.

Enfim, a parte cultural, por exemplo: a ideia de se fazer uma galeria no espaço aqui ao lado do altar e transformar numa galeria, homenageando o padre que praticamente morreu aqui dentro da igreja, que foi o padre Joatan, que morava aqui, é uma forma de tá sempre movimentando, sabe, trazendo gente nova, porque uma pessoa que vem por exemplo para uma exposição de esculturas, ela vem para ver a exposição, mas, ela acaba vendo o altar, a igreja, batendo foto e ela divulga: “olha tem uma igreja lá no centro. É a mais antiga, é do Rosário” (DAMASCENO, 23/09/2014).

A Irmandade e a Igreja do Rosário são partes de uma mesma história em que espiritualidade e tradição comungam de um mesmo processo e têm os mesmos objetivos: manter viva a memória, a história e a cultura através dos patrimônios imaterial e material que as constitui.

A Irmandade nunca teve autonomia. Porque na primeira vez que a Igreja do Rosário se tornou Catedral, muitos atos de devoção, muitas das coisas dos negros foram proibidas. Então, praticamente o Bispo chegava, tomava a igreja. Olha a Catedral vai ser reformada por isso...período tal. Nós vamos usar a parte física da igreja e acabou. No Último compromisso da Irmandade é claramente expresso que torna-se proibido a coroação dos reis e das rainhas que era praticamente o ápice da festa da Irmandade. Assim, falar de autonomia na Irmandade do Rosário, infelizmente numa sociedade escravagista e preconceituosa como foi e é a nossa sociedade brasileira é muito complicado (DAMASCENO, 23/09/2014).

Contudo, seguem nos propósitos de manterem viva uma história que tem em seu passado marcas de dores e alegrias, de riquezas e pobreza. O interesse pela revitalização destes patrimônios surgiu das fundações da cultura de um dos mais tradicionais maracatus de Fortaleza.

Fundamos o Maracatu, aqui no centro de Fortaleza porque nós não tínhamos nenhum. A revitalização e a reimplantação da Irmandade do Rosário e reimplantação do antigo Museu do Maracatu, então são três coisas que nós decidimos lutar e trabalhar em prol. O Maracatu nós conseguimos, a Irmandade também. Tá faltando só o Museu que é uma coisa, que requer uma estrutura maior, porque tem que ter espaço, uma casa aqui no centro e isso aí é mais difícil (DAMASCENO, 23/09/2014).

A Irmandade do Rosário tem sua história atrelada à história dos maracatus e vice-versa. Dada as tradições, as religiosidades e patrimônios, há heranças provenientes da história da África e as memórias de coroações de reis congos. Damasceno nos fala das necessidades de rememorar as tradições para preservação patrimonial da cultura:

A Irmandade com a vinda do Maracatu, ela se tornou necessária porque é a tradição, o início do Maracatu e as antigas rainhas e os reis congos dos antigos Maracatus do Morro do Moinho, tudo indica que elas estejam por aqui. Porque a Irmandade do Rosário sociabilizava os negros numa cidade em que eles tinham pouquíssimas opções de religiosidade, de encontro, especialmente com o código de postura municipal 1866-1867, que proibia sequer a reunião de negros na rua (DAMASCENO, 23/09/2014).

A negação da prática da religiosidade negra de base católica cristã configura as conotações de rejeição da cultura, da história e da essência do negro. O racismo preponderante na sociedade relega o negro a práticas em que a legalidade lhe imputa ocultação do ser. No entanto, passados anos desta negação, rebuscar esse legado tornou-se um dos marcos da revitalização da Irmandade do

Rosário em Fortaleza. É reafirmando a força e luta que o Sr. Damasceno relata a determinação em reconstruir a história fadada ao esquecimento.

Cento e trinta e poucos anos depois a Irmandade volta. Tá se firmando mais do que nunca, cada Maracatu desses que passa é a Irmandade que ta mais viva que nunca e a igreja está de pé. A Igreja por pouco desabou. E a Igreja está aqui e vamos tentando prosseguir os trabalhos da Irmandade Né. Com as atas, os regimentos internos e à procura de: não precisa de nem muitos confrades, mais os que vierem, que ajudem. Que venham mesmo para arregaçar as mangas e trabalhar (DAMASCENO, 23/09/2014).

O engajamento de novos membros colaboradores para integrarem a Irmandade do Rosário é um convite à sociedade fortalezense para o compromisso na manutenção do patrimônio histórico e cultural. Diante disso, os trâmites para a revitalização ocorreram em parceria com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) do Ceará e a Fundação Seridó, de Pernambuco. Damasceno relembra os trâmites:

Fora estas duas instituições, eu encontrei os dois compromissos da Irmandade lá no Arquivo Público, ou melhor: um estava na Biblioteca da Arquidiocese, lá no Seminário da Prainha e o outro estava como ainda está , só resta ele: o de 1840 no Arquivo Público do Ceará. Então, da Irmandade nós não temos uma Ata, nós não temos uma carta, nós não temos nada físico, nem uma fotografia e pra trabalhar dessa forma é muito difícil (DAMASCENO, 23/09/2014).

Sobre as memórias das irmandades religiosas no Ceará, o que foi encontrado, ou seja, o que se tem mais formalizado segundo o entrevistado, está em um livro de Eduardo Campos. Vejamos:

Eduardo Campos, faz uma pincelada de uma procissão de várias irmandades, entre essas irmandades ele menciona a do Santíssimo Sacramento, a do Senhor Morto e fala: "lá se vem a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário com a suas fitas brancas e azuis". Então, essa é uma das passagens, das poucas passagens que nós temos (DAMASCENO, 23/09/2014).

Essa descrição da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário demonstra que havia interesse em se registrar esses eventos e tentar repassar através a história. Outros meios de comunicação divulgaram os eventos das atividades desta Irmandade no passado. A exemplo do jornal Tribuna Católica, que não atribuía boas notícias sobre a entidade, como relata Sr. Damasceno:

A Tribuna Católica, era um jornal muito preconceituoso na época, era contra os festejos da Irmandade do Rosário, que chamava os mesmo de barbárie e que fala da irmandade de forma preconceituosa mais fala, então que prova que a irmandade era ativa e que alguns defensores da irmandade dizem que nas procissões ou atos religiosos da irmandade: que não faltava nem luxo e a pompa e que a Irmandade do Rosário não ficava a desejar a nenhuma outra Irmandade branca, sobretudo a do Santíssimo Sacramento, que era a de São José, que era a dos brancos, a mais rica (DAMASCENO, 23/09/2014).

Essas descrições apresentadas pelo atual presidente da Irmandade do Rosário de Fortaleza reiteram as diferenças, as separações sociais e culturais, já confirmadas anteriormente, da existência de uma cultura de negros e uma cultura de brancos, que, convivendo em espaços distintos da mesma cidade, segundo a imprensa, são passíveis de críticas negativas para positivas, dependendo do interesse social, político e religioso. Contudo, prevalece a certeza de que a Irmandade do Rosário dos Homens Pretos nada deixava a desejar frente às irmandades constituídas por Homens brancos. Uma tentativa de expressar igualdade na diversidade. E, por outra parte, a expressividade do preconceito inerente à sociedade cearense. Para fecharmos este momento, ouvimos do Sr. Damasceno, com certo lamento, que não há documentos comprobatórios escritos sobre a Irmandade do Rosário:

Então, a Irmandade do Rosário em termos documental, não se tem nada. Têm-se algumas citações. É como o Maracatu. Não se tem uma fonte que se possa beber uma água maravilhosa. Não. Você tem que ler bastante. Aqui e acolá é que você encontra uma frase, um texto. Infelizmente (DAMASCENO, 23/09/2014).

Da irmandade do Rosário do passado há poucas informações por escrito. Relatos orais são extraídos de informações contidas em poucos textos. Contudo, são informações preciosas que instigam a continuidade do processo de pesquisa visto a forte ligação histórica entre o Ceará e Pernambuco, para onde foi levado os legados históricos extraídos durante a restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fortaleza. Sobre a Irmandade nos dias atuais, temos o seguinte depoimento:

A Irmandade na era da modernidade é o blog o e-mail, a loja virtual da Irmandade e loja física também, que nós vamos abrir aqui no interior na igreja. Então a questão da modernidade é especialmente a loja virtual em que serão colocados os produtos da Irmandade na internet. Não só a loja, nós colocamos fotos, vídeos. Então assim possibilita às pessoas que estejam em outro Estado, no mundo inteiro pra que conheça nosso trabalho. E aqui nós recebemos também muitos turistas e que alguns vêm por causa

o blog da Irmandade. Então isso é muito interessante. Na era da globalização temos que ir pra internet, é inevitável. Estamos aqui abertos pra pesquisa, apesar de ter pouca coisa (Damasceno, 23/09/2014).

Agradecemos também aqui a colaboração dos entrevistados para este nosso trabalho. As informações nos levaram à compreensão de como se dão processos históricos, sociais e culturais em torno de um determinado grupo e suas práticas religiosas. A Irmandade do Rosário revitalizada está na forma como relata seu presidente no relato acima. São os novos tempos em que se tenta preservar o patrimônio além das memórias humanas, nas memórias digitais.

Com o que foi exposto através dos entrevistados, acreditamos ter atingido nosso objetivo, que, de forma geral, era apresentar a Irmandade do Rosário em sua forma atual, salientando as ressignificações ocorridas na história por essa instituição até os dias atuais, ainda que haja havido um hiato temporal no percurso, isto é, um longo período sem pretendentes para recomeçar a história a partir de um novo contexto. Apresentaremos em seguida a nossa conclusão.

5 CONCLUSÃO

Pesquisar a irmandade do Rosário de Fortaleza nos permitiu mergulhar na história da religiosidade do negro no Brasil, pois adentramos as peculiaridades de outras irmandades do Rosário localizadas em outras regiões do Brasil, como no caso das de Minas Gerais, revelando circunstâncias e situações diferentes nestas mesmas instituições. Ademais, adentrar a religiosidade do homem medieval foi primordial para que percebêssemos que as confrarias e sua organização obedecem a uma dinâmica própria de seu tempo, onde os integrantes dessas instituições é que dão a forma de sua configuração.

A configuração das confrarias na Idade Média obedecia a uma necessidade de homens e mulheres que reivindicavam para si um modo de vida espiritual que fosse aceito pelo poder clerical, já que as únicas formas de espiritualidade aceitável naquele período era a vida religiosa consagrada. Fora dela não havia outra maneira de o leigo expressar sua religiosidade, principalmente os casados.

Assim, estes também procuram uma forma de organização que lhes desse esse direito, surgindo então entre os cristãos leigos esta forma de organização, que, à medida que ia se estabilizando na sociedade mais organizada, ficava. Porém, como tudo evolui, estas ficaram em desuso nas regiões onde iniciaram, sendo posteriormente retomadas por uma outra sociedade e em outro contexto histórico, ganhando assim uma nova roupagem e conteúdo.

Nesta nova fase de sua refundação, as confrarias já não obedeciam ao mesmo modelo de quando foram criadas no período medieval; a dinâmica sócio-cultural era outra. Alicerçada na imposição de uma cultura sobre a outra. O problema já não era mais em ter a espiritualidade reconhecida na condição de leigo e sim a forma com que era adaptada às novas realidades advindas de um sistema escravista imposto a pessoas que eram consideradas semi-humanos.

A religiosidade era carregada de ritos, e preceitos opressores. Ao chegar no Brasil, este modelo de prática religiosa foi adaptado a várias situações, modelo de economia local e cultura. As circunstâncias advindas do sistema escravista levaram um grande número de negros, escravizados ou não, a se filiarem às irmandades do Rosário, específica para eles.

Nesta pesquisa foi possível perceber a forma e a capacidade criativa dos negros para defenderem seus interesses diante do sistema que os oprimia. Valores como a coletividade foram importantes para que mantivesse uma unidade apesar da diversidade de indivíduos pertencentes a etnias distintas.

Com relação à forma de expressar sua religiosidade sem apagar os elementos da religião, foram capazes de conciliar dogmas do catolicismo com elementos próprios de sua cultura, criando desta forma um catolicismo específico. A igreja como espaço de reunião e encontro ganhou ênfase principalmente na região mineira, pois a economia girava em torno do ouro. Nesta região, os negros, livres ou não, tinham a possibilidade de construir igrejas que refletiam a arte do período.

Notamos também a vanguarda nas irmandades no que diz respeito a questões morais, como a feminina. Numa sociedade em que as mulheres não têm voz nem vez, na irmandade estas eram aceitas e ainda exerciam funções ou cargos nobres, com certa restrição, mas, mesmo assim, eram visibilizadas dentro das confrarias. Outro fator importante que observamos foi a confecção dos seus estatutos. A dinâmica de colocar ou tirar algum preceito obedecia à ordem do dia; em todo caso, sempre era vista uma saída para algum caso de injustiça.

As festas promovidas pelas irmandades em comemoração ao patrono ou rito importante era momento de alegria e afirmação de seu espaço na sociedade. A forma como gerenciavam o que era arrecadado servia muitas vezes para ajudar não só o confrade mas o necessitado, também, assumindo caráter solidário.

Foram estas instituições em vários locais onde se constituíram lesadas em seu patrimônio, levando muitas delas à sua dissolução, outras ainda hoje mantêm-se ativas. A irmandade do Rosário de Fortaleza está tomando forma e tentando se estabilizar, apesar dos desafios encontrados. Atualmente, foi expressamente proibida de utilizar o espaço da igreja para outras manifestações que não sejam a recitação do terço, e o único cofre para doações a irmandade na igreja foi confiscado pelo reitor, o Padre Clairton Alexandrino.

Percebemos que, após anos de sua inativação, a mesma ainda terá de trilhar um caminho difícil até atingir sua estabilidade e se afirmar, neste contexto histórico, numa sociedade que ainda mantém os mesmos preconceitos de outrora; sendo que os mecanismos estão mais sutis, ao mesmo tempo que hoje há mais movimentos organizados no sentido de coibir práticas abusivas contra o negro.

No passado, a Irmandade do Rosário tinha como aliados membros da maçonaria. Talvez hoje também seja preciso que ela se alie a outras instituições para se fortalecer e ocupar novamente o seu lugar na história do negro de Fortaleza. Pensamos que nosso objetivo foi atingido pelo que nos propusemos a fazer; esperamos que este trabalho sirva como pistas ou vias de exploração de novos aspectos da irmandade serem pesquisados.

REFERÊNCIAS

- AMADO, João da Silva. A técnica de Análise de Conteúdo. **Revista Referência**, Coimbra, n. 5, nov. 2000. Disponível em: <www.woc.uc.pt/fpce/person/ppinvstigador.do?idpessoa=10057>. Acesso em: 02. dez. 2013.
- ANDRADE, Solange Ramos de. As devoções marianas na História do Paraná. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, XXVI, jul. 2011., São Paulo, **Anais...** São Paulo, 2011.
- ASSMANN, Hugo. CEHILA: uma nova maneira de estudar a história da Igreja e da Teologia na América Latina. **Revista Caminhando**, São Paulo, v.1, n. 1 p. 65-69, 2009.
- AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno (Orgs.) **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Ed. Paulinas e Vozes, 1992. Tomo II.
- BARROSO, Francisco Andrade. **Igrejas do Ceará: crônicas histórico-descritivas**. Fortaleza: Gráfica LCR, 1997.
- BARROSO, José Liberato; OLIVEIRA Almir Leal; BARBOSA, Ivone Cordeiro (Orgs.). **Leis Provinciais: estado e cidadania (1835-1861)**. Edição Fac-Similada. Fortaleza: INESP, 2009. Tomo I.
- BASTIDE. Roger. **As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpretações de civilizações**. São Paulo: Editora da USP, 1971. v. I.
- BEOZZO, José Oscar. História da Igreja na América Latina e no Caribe. O debate metodológico na CEHILA. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE TEOLOGIA. 1, 2012., Rio Grande do Sul. **Anais...** Rio Grande do Sul: Fundação Ameríndia São Leopoldo, 2012.
- BEZERRA, Analucia Sulina. **A Confraria de Nossa Senhora dos Homens Pretos de Quixeramobim (Ceará-Brasil)**. 323 f. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Ciências Sociais. Tese de Doutorado, 2009.
- BORGES, Célia Maia. **Escravos e libertos nas irmandades do rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais, Séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.
- BRUNO, Arthur; FARIAS, Airton de. Fortaleza 285 anos. In: **Cartilha H Fortaleza**. Fortaleza, 2011. Disponível em: <www.arthurbruno.com/imagens >. Acesso em: 19. jun. 2012.
- CAMPOS, Eduardo. **As irmandades religiosas do Ceará provincial: apontamentos para sua história**. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1980.

COAGNI, Bárbara Maria. Cristãos e muçulmanos na Península Ibérica - Século XIII. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO. AMPUH/SP. XIX., 2008., São Paulo, **Anais ...** São Paulo, 2008. Disponível em: <www.anpuhsp.org.br>. Acesso em: 15. mar. 2013.

CHARTIER, Roger. Cultura popular: revisitando um conceito. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n.16, 1995.

CUNHA Jr. Henrique. **Culturas negras**: a importância social, econômica e política de um conceito. Fortaleza: Editora UFC, 2012.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Editora UFC, 1984.

GOFF, Jacques Le (Org.). **O homem medieval**. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

HAUCK, João Fagundes *et al.* **História da Igreja no Brasil**: segunda época, a igreja no Brasil no século XIX Petrópolis. Rio de Janeiro: Edições Paulinas, 1992. Tomo II

HOORNAERT, Eduardo. **O cristianismo moreno do Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

LIBÂNIO, J. B.; MURAD, Afonso. **Introdução à teologia**: perfil, enfoques, tarefas. 8. edição. São Paulo: Loyola, 2011.

LUZ, Marco Aurélio de Oliveira. **Agadá**: dinâmica da civilização africano-brasileira. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2000.

MARQUES, Janote Pires. **Festas de negros em Fortaleza**: territórios, sociabilidades e reelaborações (1871-1900). Fortaleza: Expressão Gráfica, 2009.

MANZINE, Eduardo José. Uso da entrevista em Dissertações e Teses em Educação produzidas em um programa de Pós-Graduação em Educação. **Revista Percorso Nemo**, Maringá, v. 4 n. 2, p. 149-171, 2012. Disponível em: <www.periodicas.uem.br/ojs/index.php/percurso/article/.../10219>. Acesso em: 02. dez. 2013.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa História**: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil. Período Colonial. 2. ed. São Paulo: Paulinas, 2005. Tomo I.

MENEZES, Antonio Bezerra de. **Descrição da cidade de Fortaleza**. Fortaleza: Edições UFC; Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1992.

MESSANTIER, Leonardo Marques de. Patrimônio urbano, construção da memória social e da cidadania. **MONÇÕES: Revista do Curso de História da UFMS**, Coxim/MS, out.2014/mar.2015 Disponível em: <seer.ufms.br/index.php/moncx/article/download/685/498>. Acesso em: 10. mar. 2013.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1979):** pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo: Ed. 34, 2008.

NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). **A matriz africana no mundo.** São Paulo: Selo Negro, 2008.

NASCIMENTO, Mara Regina. Religiosidade e cultura popular: catolicismo, irmandades e tradições em movimento. **Revista da Católica**, Uberlândia, v.1, n. 2, p.119-130, 2009. Disponível em: <[www.catolicaonline.com.br/revista da católica](http://www.catolicaonline.com.br/revista-da-catolica)>. Acesso em: 20. Jun. 2013.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa. Características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração.** São Paulo, v.1, n. 3-2, 1996. Disponível em: <www.ead.fea.usp.br/cad-pesq/arquivos/c03-art06.pdf>. Acesso em: 02. mar. 2013.

PRIORE, Mary Del. **Festas e utopias no Brasil colonial.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.

RICOEUR, Paul. **Teoria da Interpretação:** o discurso e o excesso de significação. Lisboa: Edições 70, 1976.

ROSSIAUD, Jacques. O cidadão e a vida na cidade. In: **O homem medieval.** GOFF. Jacques Le (Org.). Lisboa: Ed. Presença, 1989.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo: Editora Cortez, 2000.

SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. **A escravidão no Ceará:** o trabalho escravo e a abolição. Fortaleza: Instituto Histórico do Ceará, 1984 p. 139 – 162. Disponível em: <www.institutodoceara.or.br/aspex/index.php?>. Acesso em: 02. mar. 2013.

SCARANO, Julieta. **Devoção e escravidão:** a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no distrito Diamantino no século XVIII. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1978.

SOARES, Afonso M. L. **Interfaces da revelação:** pressupostos para uma teologia do sincretismo religioso no Brasil. São Paulo: Paulinas, 2003.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor:** identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOBRINHO, José Hilário Ferreira. **Catarina, minha Nêga, tão querendo te vende...:** escravidão, tráfico e negócios no Ceará do século XIX (1850-1881). Fortaleza: SECULT/CE, 2011.

SUCUPIRA, Luis C. O Ceará dentro do Movimento Vicentino. **Revista do Instituto do Ceará,** Fortaleza, v. 87 n. 1 p. 134 – 147, 1973. Disponível em

<www.institutodoceara.org.br/aspex/index.php?option=com>. Acesso em: 02. mar. 2013.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. **Revista USP**, São Paulo, n. 67, p. 14-23.

TRIVINOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1997.

THORNTON, John. **A África e os africanos atlântico:1400** - na formação do mundo 1800. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

VAUCHEZ, André. **A espiritualidade na idade média ocidental**: séculos VIII e XIII. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor LTDA., 1995.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. **As práticas e os saberes médicos no Brasil-Colônia (1677-1808)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2008.

WOOD, A. J. Russel. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.